

REVISTA **ESPAÇO REGIONAL**

Ano IV - Nº 04 - Novembro / 2009
Secretaria de Programas Regionais - Ministério da Integração Nacional

O bordado é importante manifestação cultural e fonte de renda no sertão do Seridó. Tibaúba dos Batistas tem 800 bordadeiras e bordadores. Glauce Batista Pereira é uma delas. Leia mais nas páginas 31 e 32.



43

Bovinocultura
Mesorregião Grande
Fronteira do mercosul



29

Artesanato
Mesorregião
Itabapoana



37

Extração vegetal
Mesorregião Baixo
Sul da Bahia



13

Extração mineral
Mesorregião
Bico do Papagaio



26

Vitivinicultura
Mesorregião Metade
Sul do Rio Grande

REVISTA ESPAÇO REGIONAL

Ano IV - Nº 04 - Novembro / 2009
Secretaria de Programas Regionais - Ministério da Integração Nacional

Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República

Geddel Quadros Vieira Lima
Ministro da Integração Nacional

João Reis Santana Filho
Secretário-Executivo

Márcia Regina Sartori Damo
Secretária de Programas Regionais

Henrique Villa da Costa Ferreira
Secretário de Políticas de Desenvolvimento Regional

José Antônio da Silva Parente
Secretário de Desenvolvimento do Centro-Oeste

Ivone Maria Valente
Secretária Nacional de Defesa Civil

Marcelo Pereira Borges
Secretário de Infra-Estrutura Hídrica

Secretaria de Programas Regionais

Fábio Eduardo de Mello Cunha
Diretor de Programas das Regiões Norte e Nordeste

Marcelo Ribeiro Moreira
Diretor de Programas das Regiões Sul e Sudeste

Conselho Editorial da SPR

Andréa Mendonça de Oliveira do Vale, Breno Einstein Figueiredo, Daniela Cruz de Carvalho, Emerson Nogueira Santana, Fernanda Tavares da Silva Porto, Janice Campos da Câmara, Luanna Sant'Anna Roncaratti, Marcos Carvalho de Sant'Ana, Paulo Brasil Paez e Rafael Ferreira de Paiva.

Revisão Técnica

Andréa Mendonça de Oliveira do Vale, Breno Einstein Figueiredo, Breno Simonini Teixeira, Cláudia Cybelle Freire dos Santos, Daniela Cruz de Carvalho, Daniela Nogueira Soares, Dorotea Blos, Elaine Silva Ribeiro, Emerson Nogueira Santana, Evaldo Cabral da Silva, Janice Campos da Câmara, Luanna Sant'anna Roncaratti, Marcos Carvalho de Sant'Ana, Marcos José Rodrigues Miranda, Morganna Mendes Pedroza de Oliveira e Raphael Ferreira de Paiva.

Diretor Nacional do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA

Rodrigo Ximenes Vitorino

Assistência administrativa

Rafael de Almeida Dornelas Câmara

TDA Brasil

Edição e Redação: Mozart de Carvalho

Direção de Arte: Marcos Rebouças

Coordenação: João Campello

Fotos: Leonardo Prado

Diagramação: Rael Lamarques

Revisão: Danúzia Cruz

Projeto Gráfico

HMP Comunicação

A Revista Espaço Regional é uma publicação da Secretaria de Programas Regionais
Endereço para correspondência:
Secretaria de Programas Regionais – SPR
Setor Bancário Norte (SBN), Quadra 2, Lote 11, Edifício Apex-Brasil – Portaria B – 2º Subsolo – Gabinete SPR
Tel.: (61) 3414-5619 Fax: (61) 3223-2874
CEP: 70040-020. – Brasília – DF
www.mi.gov.br



Secretaria de Programas Regionais
Ministério da Integração Nacional



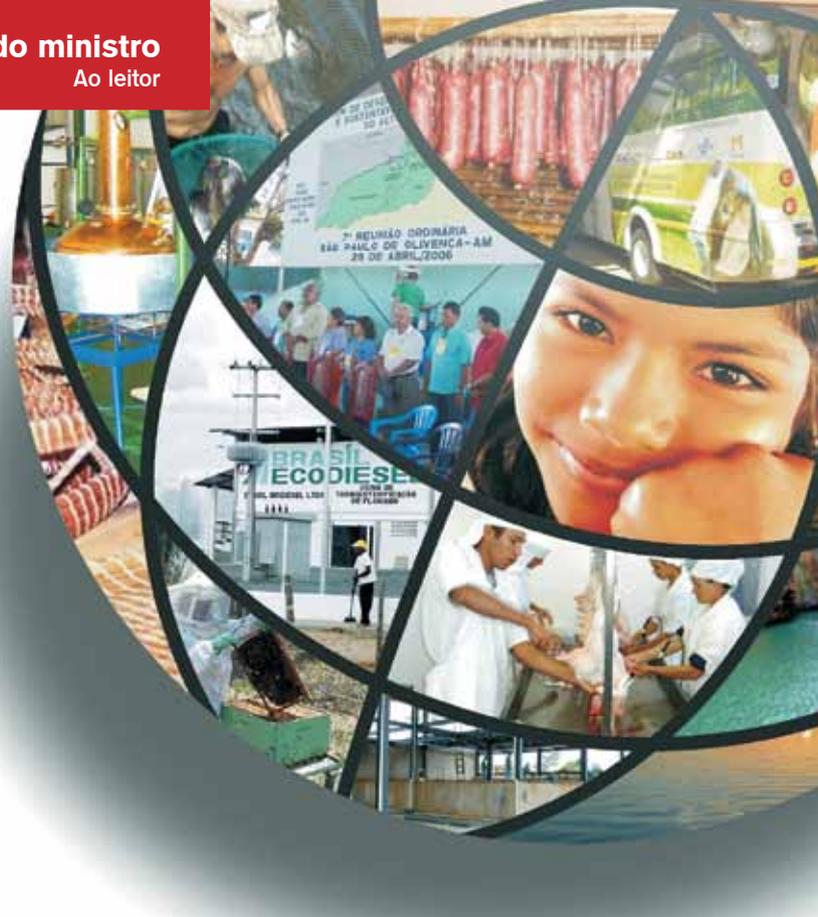


Secretaria de Programas Regionais.
Trabalhando pelo desenvolvimento
das regiões brasileiras



Secretaria de Programas Regionais
Ministério da Integração Nacional





O Ministério da Integração Nacional, no cumprimento de sua missão de formulação e condução da política de desenvolvimento nacional integrada, mantém mecanismos de difusão da informação para que todos os cidadãos brasileiros tenham acesso e conheçam os benefícios resultantes dos projetos e das ações executadas com os recursos disponíveis.

A revista **Espaço Regional** da Secretaria de Programas Regionais (SPR) é exemplar nesse sentido, uma vez que leva ao conhecimento do público, por meio de casos selecionados entre dezenas de atividades apoiados pelo Ministério da Integração Nacional, ações que modificaram e continuam modificando a vida de milhares de brasileiros.

Entre os projetos apoiados nos últimos anos destacamos, nesta edição da revista **Espaço Regional**, aqueles relacionados com a promoção do desenvolvimento integrado por meio da implantação de

atividades produtivas, fortalecimento do associativismo, formação de agentes locais, geração de renda e dinamização de Arranjos Produtivos Locais (APLs).

Todos os projetos que ilustram as matérias da revista foram executados no âmbito dos três programas que se encontram sob a coordenação da Secretaria de Programas Regionais: Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais (Promeso), Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido (Conviver) e Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF).

Os resultados apresentados por esses programas têm sido expressivos e gratificantes, demonstrando a importância do estímulo ao desenvolvimento integrado por meio da valorização das tradições, bem como das vocações, aptidões e habilidades dos brasileiros habitantes de cada uma das regiões prioritárias de desenvolvimento.

Ao apoiar essas ações de implantação e dinamização de atividades produtivas e geração de renda em territórios prioritários, o Ministério da Integração Nacional cumpre o seu papel de trabalhar, concomitantemente, pela estruturação econômica e pela inclusão social brasileira, contribuindo para o desenvolvimento regional sustentável, em consonância com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

Com a leitura desta publicação, todos poderão conhecer e compreender um pouco mais o trabalho desenvolvido pelo Ministério da Integração Nacional, por meio da Secretaria de Programas Regionais, como estimulador dos potenciais e das vocações produtivas locais em espaços prioritários de desenvolvimento como as mesorregiões diferenciadas, a faixa de fronteira e o semiárido nordestino.

Geddel Vieira Lima
Ministro da Integração Nacional

19

Extração Mineral

Quartzito gera emprego e renda no sertão do Seridó



29

Artesanato e Turismo

Apoio a essas atividades para impulsionar economia de Carangola

Sumário

| | |
|------------------------------------|----|
| A visão do espaço | 3 |
| Quem somos | 4 |
| Entrevista professora Lia Osório | 6 |
| Mostra Nacional | 9 |
| Geopark Araripe | 11 |
| Riqueza vem com a maioria | 13 |
| Um tesouro na fronteira do Uruguai | 16 |
| Pedra a ser lapidada | 21 |
| Um projeto para todos | 23 |
| Lugar de vinhos finos | 26 |
| Casadas com o bordado | 31 |
| Os frutos da fruta madura | 33 |
| A caminho dos sonhos | 37 |
| Intercâmbio Internacional | 45 |
| Artigo Alexandre Padilha | 46 |
| Coluna de notas | 48 |



35

Fruticultura

Porciúncula experimenta plantio de pêssegos para driblar adversidades e somar renda



39

Extração Vegetal

Piaçava é importante fonte de renda para comunidades quilombolas da região de Ituberá



41

Agroextrativismo

Aproveitamento de frutos do cerrado protege meio ambiente e gera renda em Mambaí



43

Bovinocultura

Mozarela produzida em Bom Jesus do Sul chega ao mercado e às mesas das famílias paranaenses

A revista **Espaço Regional** chega à sua quarta edição com o mesmo objetivo que impulsionou sua criação, que é o de dar a conhecer ao público leitor, de forma clara, acessível e agradável, os resultados que vêm sendo alcançados pela Secretaria de Programas Regionais do Ministério da Integração Nacional, por meio de sua atuação em prol do desenvolvimento regional no Brasil.

Nas páginas que se seguem, encontram-se exemplos emblemáticos dessa atuação, que se desenvolve no âmbito dos três programas governamentais sob a nossa coordenação: Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais (Promeso), Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido (Conviver) e Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF).

Nesta edição, convidamos você, leitor, a conhecer um pouco mais da realidade dos espaços em que atuamos, compartilhando conosco da riqueza e da amplitude de paisagens e personagens que fazem deste trabalho uma experiência única e constantemente renovada, repleta de múltiplas descobertas e desafios, tão rica quanto o é a diversidade social, econômica e cultural do nosso país.

São, ao todo, 14 matérias sobre Arranjos Produtivos Locais (APLs) que vêm sendo melhor estruturados e dinamizados a partir do apoio do Ministério da Integração Nacional que, em cada território, busca organizar os sistemas produtivos correlatos de nítida potencialidade para o desenvolvimento regional, bem como fortalecer seus vínculos de produção, interação, cooperação e aprendizagem.

Estão aqui descritas e ilustradas algumas de nossas experiências de norte a sul do País, desde, por exemplo, o município de Parauapebas (PA), com as gemas e joias do seu APL Mineral,

até Uruguaiana (RS) com seu APL da Vitivinicultura, passando pelo “Caminho da Luz” no APL do Artesanato e Turismo de Carangola (MG) ou pelo APL de Extração Vegetal de Ituberá (BA), com sua produção de palmito da pupunha.

Essa atuação está orientada e fundamentada na Política Nacional de Desenvolvimento Regional, que estabelece o “local” como o eixo sobre o qual assentam-se as ações de estruturação econômica e inclusão social, que valorizam as vocações e os potenciais produtivos, promovem a geração de emprego e renda e diminuem as desigualdades regionais.

Esta edição dedica-se, também, a ilustrar a evolução que a faixa de fronteira nacional, nos seus Arcos Norte, Central e Sul, vem apresentando, como espaço de desenvolvimento e fortalecimento da cidadania de seus habitantes, para deixar gradativamente de ser um mero espaço conflituoso, antes relegado a um tratamento restrito às condicionantes de segurança e soberania nacionais.

Este é o tema da entrevista com a professora Lia Osório, doutora em geografia e coordenadora do Grupo Retis de Pesquisa da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e do artigo “O desenvolvimento fronteiriço apoiado no diálogo federativo”, de autoria do Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, Alexandre Padilha.

Apresentamos, ainda, matérias especiais sobre o inédito Programa de Intercâmbio entre nossos espaços e suas contrapartes européias, que realizamos no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica que o Ministério da Integração Nacional mantém com a União Europeia, sobre a Mostra Nacional de Desenvolvimento Regional, cuja primeira edição, em Salvador/BA, em março de 2009, garantiu sua consolidação



como importante e reconhecido evento periódico de promoção das iniciativas de desenvolvimento regional do país, e sobre o Geopark Araripe, área de proteção especial de riquezas geológicas e paleontológicas situada na região do Cariri, no Ceará, objeto de apoio do Ministério por se tratar de atividade estruturadora do desenvolvimento em torno de inequívoca potencialidade local.

Deixamos aqui o registro e o agradecimento a todos os parceiros, dos três níveis de governo e da sociedade civil organizada, bem como aos colaboradores e beneficiários da implementação de nossas ações, pelo conteúdo que nos é possível apresentar nesta revista, cuja leitura esperamos, caro leitor, lhe seja agradável e informativa.

Márcia Regina Sartori Damo
Secretária de Programas
Regionais

Desenvolver, um direito de todos

A PNDR, institucionalizada pelo Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007, visa a reduzir as desigualdades econômicas e sociais entre as regiões brasileiras e promover a equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento.

É nesse sentido que a SPR do Ministério da Integração Nacional coordena os programas de desenvolvimento regional ativando os potenciais de desenvolvimento das regiões brasileiras e explorando suas diversidades.

Entre as competências da Secretaria de Programas Regionais estão: contribuir para a formulação e a implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional no tocante à promoção de ações de estruturação econômica e de inclusão social, visando ao desenvolvimento regional sustentável; articular os programas e ações da secretaria com os órgãos da administração federal, estaduais e municipais e com a sociedade civil; estabelecer parcerias com outros órgãos públicos e organizações da sociedade civil, inclusive mediante a promoção e o apoio à criação e ao funcionamento de

entidades e fóruns representativos; supervisionar e acompanhar a implementação de ações em comunidades com problemas de baixo desenvolvimento econômico e social, visando à sua organização produtiva e inserção competitiva no mercado de trabalho; e promover e implementar ações de apoio às regiões integradas de desenvolvimento.

Gerar empregos

Para executar suas ações, a SPR possui os departamentos de Programas das regiões Norte e Nordeste e de Programas das Regiões Sul e Sudeste e as coordenações de Articulação Institucional, de Projetos Especiais e de Integração Programática. Os projetos voltados para a região Centro-Oeste são desenvolvidos pela Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SCO), também ligada ao Ministério da Integração Nacional.

Com o objetivo de gerar emprego e renda por meio da inclusão social e da dinamização produtiva de forma sustentável, a SPR identifica

e estimula os Arranjos Produtivos Locais (APLs) entendidos como conjuntos específicos de atividades econômicas que possuem certo vínculo e podem ser desenvolvidos por aglomerações territoriais de agentes políticos, econômicos e sociais.

Para trabalhar os APLs, a Política Nacional de Desenvolvimento Regional prioriza a territorialização, contemplando as comunidades que necessitam mais de ações públicas de desenvolvimento. Assim, a atuação da SPR se dá em 13 mesorregiões diferenciadas – Alto Solimões, Vale do Rio Acre, Bico do Papagaio, Chapada das Mangabeiras, Xingó, Chapada do Araripe, Seridó, Águas Emendadas, Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, Itabapoana, Vale do Ribeira/Guaraqueçaba, Grande Fronteira do Mercosul e Metade Sul do Rio Grande do Sul – no Semiárido e na Faixa de Fronteira. Além disso, a SPR atua nas Regiões Integradas de Desenvolvimento (Rides) de Juazeiro/Petrolina, do Distrito Federal e do entorno e da Grande Teresina, todas elas com foco nas regiões metropolitanas.



Nova sede da Secretaria de Programas Regionais

Os programas da SPR

Para cumprir a atividade fim da SPR e fomentar os Arranjos Produtivos Locais, a Secretaria trabalha com três programas: Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais (Promeso), Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido (Conviver) e Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF). Os três atuam na área de infraestrutura com construção de obras e aquisição de equipamentos, como na capacitação dos atores envolvidos. Um importante aliado para a elaboração e a execução dos projetos nas mesorregiões prioritárias é a constituição dos fóruns de desenvolvimento, compostos pelos governos locais, associações, cooperativas, academia, empresários, agentes financiadores, entre outros. Esse espaço possibilita que todas as propostas sejam organizadas com o aval da sociedade regional, a partir de um

amplo processo de participação e consulta local. Como demonstração da participação democrática dos atores, quando a mesorregião abarca outros estados há um rodízio na presidência do fórum, de forma que todos sejam contemplados.

Prioridades regionais

Atualmente, 77% dos espaços das mesorregiões estão organizados por meio de fóruns e uma das ações constantes do Ministério da Integração Nacional tem sido o estímulo à população local para que se organize e reivindique suas necessidades. Como afirma a secretária de Programas Regionais, Márcia Damo: "A conversa com os fóruns é que nos orienta sobre o que apoiar, já que eles encaminham as demandas discutidas e organizadas. São os projetos discutidos nos fóruns que sinalizam as prioridades regionais, pois quem vive ali é que sabe o que precisa". Ela

lembra, ainda, que os fóruns servem de ferramenta para o debate de temas que vão além do desenvolvimento econômico, inserindo questões ligadas à saúde, à educação etc.

"Os projetos discutidos nos fóruns é que sinalizam as prioridades regionais, pois quem vive ali é que sabe o que precisa ser feito."

Márcia Damo, secretária de Programas Regionais



Promeso, Conviver e PDFF

Promeso—o Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais (Promeso) tem como foco a gestão do desenvolvimento amparado no estímulo ao potencial e nas características econômicas, sociais e culturais próprias de cada região e busca constantemente a organização social, orientando as populações locais sobre as possibilidades concretas de desenvolvimento. O programa incentiva ainda a capacitação de pessoas e a criação de bases do associativismo e do cooperativismo para criar um ambiente propício ao desenvolvimento sustentável das mesorregiões. Para tanto, o Promeso visa à implantação de infraestrutura básica necessária às atividades produtivas e ao crescimento econômico das regiões, com obras que nem sempre fazem parte das iniciativas da maioria das ações de governos.

Além disso, o Programa visa a facilitar aos beneficiários o acesso a financiamentos de baixo custo, como os fundos constitucionais.

Conviver – o Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semiárido busca integrar as ações do governo federal direcionadas para umas das regiões brasileiras mais carentes de intervenção estatal efetiva e reduzir as vulnerabilidades socioeconômicas dos espaços regionais e sub-regionais com maior incidência de secas. O Conviver visa, também, a aumentar a autonomia e a sustentabilidade das atividades econômicas da região semiárida, promovendo a inserção produtiva de sua população por meio da organização social e do aproveitamento de seus potenciais endógenos, com vista a romper o círculo vicioso de pobreza, a ausência

de capacidade empreendedora e a exclusão que se tem historicamente verificado no semiárido.

PDFF – O Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira procura implementar ações prioritárias de desenvolvimento regional e projetos transfronteiriços, em articulação com os dez países vizinhos da América do Sul. Ele objetiva, ainda, incluir ações de melhoria produtiva e desenvolvimento regional na Faixa de Fronteira, que apesar de estratégica para a integração sul-americana, ainda é pouco desenvolvida economicamente, enfrentando dificuldade de acesso aos bens e aos serviços públicos, falta de coesão social, problemas de segurança pública, precárias condições de cidadania e falta de atenção governamental.

Integração na faixa de fronteira

Lia Osorio Machado é geógrafa, atualmente professora associada no Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, pesquisadora 1-A do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e coordenadora do Grupo RETIS na UFRJ. Atua nas áreas de geografia política e regional e história do pensamento geográfico, com publicações sobre fronteiras internacionais, integração regional sul-americana e geografia das drogas ilícitas. Foi coordenadora do projeto que elaborou a Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (MI/UFRJ).

Espaço Regional: Com a institucionalização de mercados regionais transnacionais há uma mudança importante na perspectiva de tratamento, pelo Estado, das fronteiras e limites. Fale um pouco sobre as mudanças que ocorreram no Brasil.

Lia Machado: A criação de uma faixa de fronteira pelo governo brasileiro é anterior à formação dos blocos regionais. O que a institucionalização dos mercados regionais e a intensificação da ação de empresas brasileiras no exterior estimularam foi a mudança da concepção estrita da faixa de fronteira como área de segurança nacional, proposta na década de 1970, para a concepção da faixa de fronteira como região de desenvolvimento econômico e social na década de 2000. Essa mudança foi facilitada pelo fato de que, entre todos os países americanos, o Brasil é o único com uma faixa de fronteira territorialmente extensa, com uma largura de 150 km a partir da divisa internacional e com 15.000 km de comprimento, entre o Oiapoque e o Chuí. Abriga mais de 10 milhões de habitantes e envolve vários estados da Federação. A formação dos mercados ou blocos transnacionais estimulou também uma mudança de perspectiva geográfica sobre a faixa de fronteira, de zona periférica ou marginal a cada um dos estados nacionais para uma posição geográfica central nos processos de

integração regional sul-americano. A mudança de perspectiva permite um novo olhar sobre o cidadão fronteiriço, geralmente visto de forma negativa. Por exemplo, o Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira do Ministério da Integração atraiu e continua a atrair a atenção de nossos vizinhos no sentido de verem suas respectivas fronteiras com novos olhos e como

“A faixa de fronteira é um verdadeiro corte geográfico de todas as regiões brasileiras. O Arco Norte, correspondente a Amazônia brasileira, é o mais pobre em serviços sociais e produto interno bruto.”

um novo espaço de oportunidades. Oportunidades econômicas, como o estímulo à formação de arranjos produtivos transfronteiriços e cadeias produtivas transnacionais, assim como iniciativas de cooperação nas cidades gêmeas ao longo da linha divisória. E também oportunidades políticas, pela criação de fóruns de discussão de questões fronteiriças locais e subnacionais, muitas vezes resultantes de ações de integração concebidas por longínquos governos centrais que não



dão voz ao cidadão fronteiriço nas políticas de integração regional.

E.R.: Considerando as diferenças internas existentes na faixa de fronteira, como se caracterizam os Arcos Norte, Central e Sul?

L.M.: A faixa de fronteira é um verdadeiro corte geográfico de todas as regiões brasileiras. O Arco Norte, correspondente à Amazônia brasileira, é o mais pobre em serviços sociais e produto interno bruto. Populações indígenas, muitas delas com laços transfronteiriços, áreas de proteção ambiental e áreas indígenas instituídas, além de tensões internas relacionadas à propriedade da terra e à exploração de recursos naturais são importantes características regionais. O valor estratégico, econômico e patrimonial das terras amazônicas de fronteira geralmente deixa em segundo plano o imenso potencial cultural das populações indígenas. Há um mercado a ser desenvolvido e apoiado de estímulo ao *design* da cerâmica indígena. Há todo um campo de investimento em inovação nessas áreas, todavia, é necessário que haja uma “tradução” das práticas indígenas para

um formato de projetos que possa ser financiado. No Arco Central cabe destacar duas questões: a fronteira dos grãos, fonte de divisas para o governo brasileiro, que estimulou a imigração de capitais e empreendedores para países vizinhos, e os novos aspectos geopolíticos como a construção das usinas hidrelétricas de Jirau e Santo Antonio no Rio Madeira - que vai alterar toda a regionalização da área transfronteiriça com a Bolívia. No Arco Sul, o estado do Paraná é o que mais investe na zona de fronteira, estimulando o desenvolvimento de uma rede urbana regional e a localização de empresas atuantes no Arco Central e no Paraguai.

"Atividades consideradas ilegais pelas regras estabelecidas podem financiar atividades legais, e estas, por sua vez, exploram brechas de legislação nos sistemas de controle para obter facilidades e maior flexibilidade nas ações, burlando a legalidade."

Santa Catarina tem uma faixa de fronteira bem situada em termos da construção de vias de circulação transcontinentais no Cone Sul, mas interesses empresariais tem limitado a integração de certas cadeias produtivas. Na campanha gaúcha, é preciso desenvolver a rede urbana local e regional e estimular novas atividades produtivas que não só a silvicultura.

E.R.: Devido às distâncias entre as áreas fronteiriças brasileiras e as capitais dos estados, sabemos que há uma contínua carência de políticas públicas dirigidas à população fronteiriça e, também, um distanciamento em relação às leis e sua aplicação. Fale um pouco sobre a legalidade e a ilegalidade nas fronteiras.

L.M.: No Brasil existem leis nacionais que não são aplicadas, e essa

situação também é encontrada nas cidades e regiões de fronteira. No caso da fronteira, obedecer a leis elaboradas em outro contexto significa, em muitos casos, não poder ajudar ao seu vizinho do outro lado da linha. Há grande diversidade de casos, e as regras deveriam ser flexíveis de modo a se ajustarem à diferença de demandas e situações. A questão das regras, que orientam leis e normas, é um tema para todos os países no século XXI. A região de fronteira é quase um laboratório para o estudo das dificuldades de sua aplicação em sociedades cada vez mais complexas. Além disso, os agentes locais podem interpretar a regra de várias formas diferentes ou até mesmo arbitrárias, com isso frustrando o objetivo de uma nova intervenção ou regra. Quero enfatizar que a interação entre a legalidade e a ilegalidade é mais visível nas regiões de fronteira internacional, porém cada vez mais presente em todos os territórios nacionais. Atividades consideradas ilegais pelas regras estabelecidas podem financiar atividades legais, e estas, por sua vez, exploram brechas de legislação nos sistemas de controle para obter facilidades e maior flexibilidade nas ações, burlando a legalidade. Não fomos ainda capazes de mudar as regras que criam as regras.

E.R.: Ainda sobre o marco legal, como a senhora considera as propostas de lei que estão no legislativo brasileiro para a redução da faixa de fronteira de 150 para 50 km?

L.M.: Foram feitos vários trabalhos no sentido de explicar que não há necessidade de reduzir a faixa da fronteira nem em largura ou extensão. O que é preciso é a implantação por parte do governo central de novos sistemas de controle ou a aplicação dos existentes, sempre baseado em um sistema de regras que reconheça a diversidade das situações fronteiriças. Reduzir ou extinguir a faixa de fronteira inviabiliza sua instituição como região de desenvolvimento e

o reconhecimento de sua singularidade. O que ocorre é que varias comunidades fronteiriças vêem oportunidades de melhoria econômica e de integração transfronteiriça não conhecidas ou às vezes negadas pelo governo central, ou então vistas por outras regiões

"A urbanização transfronteiriça é um setor específico da política de fronteiras. A integração fronteiriça tem se subordinado a interesses econômicos cuja forma usual de ação é ignorar a comunidade urbana que vive na fronteira."

subnacionais como contrárias aos seus interesses e liberdade de ação. Canais institucionais diretos podem ser criados entre a região de fronteira e o governo central, com a participação dos governos estaduais, que muitas vezes estão de costas para as reivindicações de seu próprio segmento fronteiriço. Comitês de integração em vez de comitês de fronteira dariam um novo enfoque à questão da integração regional. Não se trata apenas de troca de nomes: o êxito dos comitês de integração criado entre o Chile e a Argentina prova a necessidade das comunidades fronteiriças se envolverem diretamente nas políticas de integração regional.

E.R.: Em relação a existência de cidades "compartilhadas" por dois países, também denominadas cidades gêmeas, gostaríamos que comentasse a questão do limite internacional para estas cidades e sobre o desenvolvimento urbano dessas regiões?

L.M.: A urbanização transfronteiriça é um setor específico da política de fronteiras. A integração fronteiriça tem se subordinado a interesses econômicos cuja forma

usual de ação é ignorar a comunidade urbana que vive na fronteira. Em geral são interesses localizados em áreas não fronteiriças, obedientes a uma lógica de rede

“Outro aspecto essencial do desenvolvimento urbano é a integração das cidades gêmeas a outros núcleos urbanos de hierarquias diferenciadas. É preciso integrar as cidades gêmeas à rede urbana transfronteiriça e à rede urbana regional e nacional.”

segundo a qual as cidades gêmeas são apenas pontos de passagem. O desenvolvimento urbano dessas cidades é uma condição da cidadania, pelo estímulo a acordos de livre circulação, colaboração na prestação de serviços públicos, desde educação e saúde pública, saneamento e energia até os órgãos de segurança. Todas essas ações são ações de segurança que contribuem para inibir ou controlar a passagem de ilícitos e a prostituição. Outro aspecto essencial do desenvolvimento urbano é a integração das cidades gêmeas a outros núcleos urbanos de hierarquias diferenciadas. Em outras palavras, é preciso integrar as cidades gêmeas à rede urbana transfronteiriça e à rede urbana regional e nacional, começando com a melhoria das condições de circulação entre as cidades localizadas na região de fronteira.

E.R.: Por que é relevante a relação fronteiriça na América Latina?

L.M.: Do ponto de vista econômico, políticas de integração são favoráveis às áreas fronteiriças. Qualquer projeto que estimule a economia dos dois lados será positivo. Do ponto de vista político, o Brasil é visto pelos vizinhos como um país que quer substituir os Estados Unidos como potência regional. Portanto, há um motivo

político relacionado ao econômico. A questão cultural também deve ser levada a sério. Permite fortalecer uma das melhores condições do desenvolvimento econômico-social de integração fronteiriça, o cosmopolitismo, ideia que se baseia na existência de valores mais altos do que os valores individuais.

E.R.: Seria mais adequado trabalharmos com cooperação transfronteiriça ou cooperação binacional? Deveríamos substituir o conceito de desenvolvimento territorial pelo de cooperação transfronteiriça?

L.M.: O que predomina hoje são acordos binacionais. Nós temos muita legislação, muitas iniciativas, a maioria ainda no papel. É importante distinguir cooperação binacional, usualmente entre governos centrais de cada país, e cooperação ou integração transfronteiriça. Na integração transfronteiriça, o importante são os acordos locais; a diplomacia local, estadual e municipal. A institucionalização de uma ação de integração no âmbito local cria a possibilidade de um fórum de debate, a principal fonte de informação para o estado. Nesse sentido, o Mercosul, apesar do viés econômico, é um âmbito onde é possível a discussão e a elaboração de agendas e diretrizes pela população fronteiriça e não apenas pelos ministérios de relações estrangeiras, dominantes na cooperação binacional. Resumindo, os dois conceitos, de desenvolvimento territorial e cooperação transfronteiriça, são complementares e não antagonísticos. Não se trata de substituir um pelo outro e sim de trabalhar com ambos.

E.R.: Quais as recomendações que a senhora pode dar aos atores sociais e governamentais para uma adequada atuação na faixa de fronteira?

L.M.: É necessário saber diferenciar a integração regional entre países de integração fronteiriça. Diferenciar a integração formal

da integração informal. E unir ambas. A integração formal é institucionalizada e a informal a que efetivamente existe. Os bancos de investimento, as organizações não governamentais, os sindicatos e movimentos populares, as confederações de municípios, os comitês de fronteira ou comitês de integração, os ministérios e governos municipais e estaduais devem trocar informações e não ignorar uns aos outros. Não há condição de desenvolvimento real da faixa de fronteira se os parlamentares no Congresso Nacional não tiverem suas emendas aprovadas dentro de um plano de aplicação de recursos na zona de fronteira. Não há como fazer nada efetivo se esse canal com o legislativo não for feito. Mudanças nas regras são necessárias de modo a coibir emendas parlamentares que não tem nenhum sentido para a faixa de fronteira ou para a integração transfronteiriça. No mesmo sentido, o município de fronteira, seja de um lado, ou outros da divisa internacional não podem continuar a ignorar a existência de uma região de fronteira com suas singularidades, mas com problemas comuns. Penso também que a ideia de se criar zonas de integração fronteiriça não deve ser abandonada. Regras específicas para esses territórios especiais contribuiriam para a redução da ilegalidade na fronteira.

“A institucionalização de uma ação de integração no âmbito local cria a possibilidade de um fórum de debate. O Mercosul, apesar do viés econômico, é um âmbito onde é possível a discussão e a elaboração de agendas e diretrizes pela população fronteiriça e não apenas pelos ministérios de relações estrangeiras.”



O presidente Lula prestigiou a abertura da I Mostra Nacional de Desenvolvimento Regional

Mostra integra o Brasil

Evento promovido pelo Ministério da Integração Nacional reúne produtores dos quatro cantos do país, que tiveram a oportunidade de expor e vender seus produtos

O Ministério da Integração Nacional promoveu, de 24 a 27 março deste ano, em Salvador (BA), a I Mostra Nacional de Desenvolvimento Regional. Na abertura, o evento contou com as presenças do Presidente da

República, Luiz Inácio Lula da Silva, do ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima, da secretária de Programas Regionais, Márcia Damo, além de vários ministros, nove governadores, o prefeito de Salvador e representantes das

diversas entidades que participaram do empreendimento, em suas diversas etapas. "Saio daqui convencido de que esta feira é o começo de uma nova era para milhões de brasileiros que estão no anonimato, sobrevivendo sem que a gente saiba que eles

existem”, disse o Presidente em seu discurso na abertura da Mostra.

De acordo com balanço da Secretaria de Programas Regionais, participaram do evento 8000 pessoas vindas de todos os cantos do Brasil, que aproveitaram a oportunidade para fazer contatos importantes para o desenvolvimento de suas atividades. A programação foi composta por um conjunto de eventos que reuniram feira de produtos e exposições de resultados da experiência concreta da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) na geração de emprego e renda nos territórios selecionados, seminários, oficinas de trabalho, contando com a participação de representantes europeus, minicurso, rodada de negócios e manifestações culturais diversas.

A I Mostra Nacional de Desenvolvimento Regional atingiu o objetivo de ser o maior evento de desenvolvimento regional no país, superando as expectativas em termos de participantes e realização de negócios. O Congresso Internacional, parte da programação, possibilitou o avanço no debate sobre desenvolvimento regional no Brasil e no mundo, sendo avaliado como um dos mais abrangentes encontros desse tipo realizados nos últimos anos. Em sua mensagem de encerramento, a secretária Márcia Damo destacou o pioneirismo do evento e sua importância para a integração entre os diversos públicos presentes. Segundo ela, a Mostra representou um grande desafio, vencido pelo espírito de equipe que norteou todo o trabalho.

Para o próximo ano, o Ministério da Integração Nacional já programou a II Mostra, que acontecerá em Florianópolis (SC), entre os dias 10 e 14 de março. O mote do próximo evento é “O regional mostra seu potencial e sua contribuição para o desenvolvimento nacional”. Além dos estandes dos produtores envolvidos nos programas apoiados pelo Ministério da Integração Nacional, que lá estarão para expor e vender seus produtos, o evento terá, ainda, oficinas, seminários e atrações culturais.



O evento de Salvador teve estandes, oficinas, seminários e atrações culturais.



Primeiro Geopark das Américas

O Geopark Araripe, apoiado pela Secretaria de Programas Regionais do Ministério da Integração Nacional, é o primeiro das Américas e do Hemisfério Sul a ser reconhecido pela Unesco



Fóssil de peixe encontrado na região do Geopark Araripe

Segundo a Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – geopark é um território de limites bem definidos com uma área suficientemente grande para servir de apoio ao desenvolvimento sócioeconômico local. A Unesco define, ainda, que um geopark deve abranger determinado número de sítios geológicos e arqueológicos de relevo ou um mosaico de entidades geológicas e arqueológicas de especial importância científica, raridade e beleza e que represente uma região e sua história. No Brasil, o primeiro do gênero é o Geopark Araripe, localizado na Mesorregião Chapada do Araripe, mais precisamente no lado cearense do sertão do Cariri, onde se estende por seis municípios.

O Geopark Araripe foi criado por iniciativa do Governo do Estado do Ceará e da Universidade Regional do Cariri (Urca), em 2006.

Raphael Ferreira de Paiva, técnico da Secretaria de Programas Regionais e gerente da Mesorregião Chapada do Araripe, conta que a região possui importantes riquezas minerais, tais como o calcário laminado e a gipsita, cujas atividades de extração e produção causam grande impacto ambiental.

Desde 2004, o Ministério da Integração Nacional promove atividades na região no sentido de mitigar os efeitos prejudiciais ao meio ambiente, seja por meio de mudança em sua matriz energética, seja com o maior aproveitamento dos rejeitos da produção. É neste contexto que se insere o projeto Geopark Araripe, pois “Investir no Geopark significa reduzir a dependência da economia local destas atividades e criar uma alternativa sustentável de exploração econômica do enorme potencial geológico/mineral da mesorregião”, afirma Raphael

O técnico explica, ainda, que os fósseis que representam a principal

atração do geopark são encontrados nas mesmas minas em que se extrai o calcário laminado e a gipsita. “E com essa ação, além de ajudarmos na geração de emprego e renda, também combatemos o tráfico ilegal desses vestígios geológicos fossilíferos e arqueológicos, mantendo essa inestimável riqueza na região, com evidentes ganhos para a população local.”

Um dos componentes importante desse projeto é o incentivo à produção local de artesanato. Foi graças a esse apoio que o artista plástico José Lourenço Gonzaga conseguiu criar uma série de xilogravuras retratando animais pré-históricos e fósseis encontrados na região. A Secretaria de Programas Regionais está investindo cerca de R\$ 700.000,00 no fortalecimento, consolidação e na instrumentalização do Geopark Araripe com vista à concessão pela Unesco do selo definitivo de integrante da Rede Global de Geoparks.

Principais ações do Ministério da Integração Nacional no Geopark Araripe



O Geopark do Araripe reserva surpresas como essa libélula conservada em pedra cariri

1. Construção e instrumentação da sede do Geopark Araripe (em fase de aprovação jurídica para liberação dos recursos).
2. Realização de exposição do Geopark Araripe na I Mostra de Desenvolvimento Regional, em Salvador/BA.
3. Intercâmbio entre seis representantes do Geopark Araripe e os Geoparks de Naturtejo (Portugal) e Espanha (Sobrarbe).
4. Apresentação do Projeto Geopark Araripe no Open Days de desenvolvimento territorial, em Bruxelas (Bélgica).
5. Patrocínio ao evento "I Encontro Brasileiro de Geoparks – Construindo Novas Candidaturas".

Cidades inseridas no Geopark

1. Nova Olinda
2. Missão Velha
3. Crato
4. Juazeiro do Norte
5. Barbalha
6. Santana do Cariri



O município de Santana do Cariri é um dos seis que fazem parte do Geopark do Araripe



Coralina gigante, lapidada por artesão da Adlisp, avaliada em R\$ 60 mil

Riqueza vem com a maioria

APL apoiado pelo Ministério da Integração Nacional beneficia associações de artesãos e lapidários de Parauapebas e Floresta do Araguaia

Parauapebas está completando 21 anos de sua emancipação do município de Marabá e dá sinais visíveis de que amadureceu como cidade e como polo gerador de riquezas e renda. Não por acaso, as atividades ligadas à extração mineral foram as que mais cresceram. Essa matéria destaca o APL de Gemas de Joias de Parauapebas e Floresta do Araguaia, apoiado pelo Ministério da Integração Nacional em parceria com o Sebrae Pará, para estruturação de oficinas de artesanato mineral em Floresta do Araguaia e de ourivesaria e lapidação de gemas em Parauapebas/PA, por meio da aquisição de equipamentos, máquinas, veículo, material de consumo e contratação de consultoria especializada.

Orçado em R\$ 544.359, o convênio beneficia diretamente a Associação de Desenvolvimento

Local e Sustentável de Parauapebas (Adlisp) e a Associação Comunitária de Artesãos e Lapidários de Floresta do Araguaia (Acoalfa).

A presidente da Adlisp, Áldina Chaves, conta como tudo começou: “Foi em 2005, quando o governo federal convidou representantes de Parauapebas, Curionópolis e Eldorado dos Carajás para uma oficina de trabalho sobre políticas públicas para o desenvolvimento regional. Uma das vertentes da estratégia de atuação do governo federal para o desenvolvimento do país consistia na realização de ações integradas de políticas públicas para Arranjos Produtivos Locais (APLs). Nós identificamos a missão da ADLISP nessa vertente, pois ao ser criada em 2002 já propunha a criação de um polo de gemas e joias no município.”

Áldina continua: “Em 2006, nosso projeto foi aprovado, em

2007 realizou-se o processo de licitação e compra e, em agosto de 2008, recebemos oficialmente as máquinas e equipamentos das mãos da Sra. Márcia Damo – secretária de Programas Regionais do Ministério da Integração Nacional. Inauguramos, portanto, nossas oficinas de ourivesaria e lapidação e uma pequena fundição.”

Pontapé inicial

O APL consiste em um número significativo de empreendimentos e de indivíduos que atuam em torno da atividade produtiva de gemas e joias, e que compartilham formas percebidas de cooperação. A missão da Adlisp, com apoio dos diversos parceiros, é principalmente beneficiar e articular esses empreendimentos e empreendedores em torno de um mecanismo

de governança. Participam do APL cerca de 20 ourives artesanais que já viviam em Parauapebas. Mais de 15 que haviam chegado à cidade em busca de emprego e oportunidades receberam cursos de ourivesaria e 10 receberam curso de lapidação. Foi nosso pontapé inicial.

Em seguida – explica ela – “aproveitamos as oficinas recém-montadas e os recursos disponibilizados pelo Ministério da Integração Nacional para capacitar em serviço mais 12 pessoas em lapidação. Hoje, nossa capacidade é de funcionar oito horas por dia com 20 ourives, 10 lapidários e uma fundição capaz de processar 10 kg mensais de metal. Temos também 15 pessoas/associados da Adlisp que se dedicam ao comércio de pedras e 11 associações e cooperativas de garimpeiros e pequenos mineradores que são diretamente vinculados ao APL e que foram criadas e formalizadas também nesse período (2005 a 2009) e formam o complexo de fornecedores de pedras preciosas e metais para o APL. Foi um progresso

e tanto, sobretudo se considerarmos que, antes da implantação do projeto, só havia na cidade um único lapidário, Dionísio Messias de Oliveira, pioneiro que participou do processo desde a sua origem”.

A líder comunitária destaca que, apesar de Parauapebas já sediar grandes empresas, a oferta de empregos é muito seletiva em função das exigências de conhecimento técnico: “Infelizmente, o crescimento populacional trouxe junto o desemprego, pois a maioria chega aqui sem qualquer qualificação. Por isso, a Adlisp foi criada a partir de um modelo de gestão de economia solidária com base no associativismo e no cooperativismo. Para os autônomos que nos procuram oferecemos opções de capacitação em artesanato, lapidação e ourivesaria.”

Designer italiano

A presidente da ADLISP destaca, ainda, outra importante ação desse APL que vai ajudar a impulsionar os negócios do APL: a participação na missão de intercâmbio que o Ministério da Integração Nacional enviou este ano à Europa em decorrência de um memorando de entendimento com a Comissão Europeia assinado pelo ministro Geddel Vieira Lima, em 2007, com o objetivo de promover a cooperação bilateral e estabelecer canais para fortalecer a troca de informações.

“Graças a esse intercâmbio – conta Áldina –, estivemos na Itália fazendo contato com empreendedores do setor joalheiro de lá e conhecemos o espaço onde acontece uma importante feira, a Vicenzaoro. Aliás, foi em Vicenza que conhecemos o *designer* italiano Diego Zaupa, que estamos buscando contratar para desenhar nossa primeira coleção de joias. Afinal, queremos transformar Parauapebas em um grande núcleo de *design* de joias, a fim de atrair o interesse dos empreendedores locais para esse ramo de atividade.”

Quem também participou dessa viagem de intercâmbio à Europa

foi o presidente da Acoalfa, Carlos Rocha. Ele também quer elevar o padrão das peças produzidas pelos associados e, para tanto, acredita que o *design* é fundamental. “Essa missão foi importantíssima, tanto do ponto de vista do aprendizado no que diz respeito à cadeia produtiva quanto em relação aos contatos que fizemos. Aprendi muita coisa e pretendo colocar em prática tudo que aprendi nessa viagem. Cultura não se muda de uma hora para outra, mas quando se trata de mudança em um universo menor, é sim possível melhorar a vida das pessoas”.

Mais produção

Rocha explica: “Há tempos procurávamos um *designer* para desenvolver uma coleção para nós e creio que o Diego Zaupa vai ser essa pessoa. A Acoalfa e a Adlisp já tinham tentado firmar parcerias com *designers* do estado, porém sem sucesso. Infelizmente, as pessoas ainda não acreditavam em nosso potencial. Agora, ao viabilizarmos essa parceria, teremos um avanço significativo.” Ainda sobre o APL, o presidente da Acoalfa destaca a importância dos investimentos feitos pelo Ministério da Integração Nacional: “Fomos contemplados com novos equipamentos para substituir nossas máquinas antigas e artesanais. O que foi muito bom, pois nosso objetivo era passar de um processo artesanal para um processo industrial. Além disso, com as novas máquinas aumentamos em 50% nossa capacidade de produção na lapidação e criamos o setor de ourivesaria, que não tínhamos”.

Ele conclui: “Esses projetos beneficiaram nossos 20 associados, mas também cerca de meia centena de jovens que fazem cursos de capacitação conosco. A verdade é que abraçamos esse compromisso social e, com tudo que obtivemos desse APL, vamos democratizar nossa renda com os garimpeiros, que realmente recebem muito pouco pelas pedras que extraem”.



Ação em Parauapebas proporcionou a capacitação de dez lapidários

De volta dos Estados Unidos

Carlos Rocha não é mineiro de Governador Valadares, mas goiano de Paraíso – município localizado no atual estado de Tocantins. Sua naturalidade não o impediu, no entanto, de tentar “fazer a América”. Em 1999, com 28 anos, Carlos pegou um avião e foi para os Estados Unidos, onde morou seis anos em Atlanta – cidade-sede da Coca-Cola – e Denver, sempre trabalhando na construção civil e ganhando dinheiro “em dólares”.

Ele conta que, quando morava em Atlanta, fez um contato com o Instituto Gemológico de Anápolis, em Goiás, para obter informações que lhe permitissem tocar um projeto de comercialização de pedras brasileiras no mercado norte-americano. Foi nessa época, quando prospectava sua futura clientela, que Carlos conheceu um americano que lhe falou das ametistas do sul do Pará: “Eu já havia ouvido falar dessas ametistas,

pois algumas jazidas ficam a poucos quilômetros de Floresta do Araguaia, onde morei antes de ir para os States. Só não sabia que elas despertavam tanto interesse, a ponto de serem conhecidas até lá fora.”

Coincidências a parte, nessa mesma época, Carlos começou a sofrer as consequências da crise que atingiu em cheio o setor da construção civil nos Estados Unidos e traçou um plano para voltar ao Brasil: “Passei um ano guardando dinheiro e buscando mais informações sobre pedras, pois apesar de sempre ter sonhado em mexer com esse tipo de negócio, não sabia a forma mais viável de fazer isso. Aí descobri a Acoalfa e entendi que a melhor forma eram as parcerias com garimpeiros, donos de garimpo, empresas e o setor público”.

Hoje, aos 39 anos, casado e pai de dois filhos, Carlos é presidente



Carlos Rocha,
presidente da Acoalfa

da Associação Comunitária dos Artesãos e Lapidários de Floresta do Araguaia (Acoalfa) e nem pensa em voltar aos Estados Unidos, ao menos como imigrante, pois está louco para encontrar um caminho para colocar, no mercado americano, os produtos da Associação que dirige, no Pará.

Parauapebas: Paixão dos maranhenses

Bom conhecedor do sudeste do Pará, o administrador de empresas, Alberto Alves Filho, relata a forma mais simples de se descobrir a origem da população de Parauapebas: “Durante uma reunião, você pede para levantar o braço quem nasceu no Pará; 10% dos presentes erguem

os braços. Aí você pede para levantar o braço quem nasceu no Maranhão; 70% erguem os braços.”

O resultado é que Parauapebas – distante cerca de 700 km da capital, Belém – é isso mesmo: uma cidade repleta de maranhenses. A maioria dos que vieram do estado vizinho não pensa em voltar para a terra natal, pois o coração já está no Pará.

É o caso, por exemplo, de Áldina Chaves Sousa, presidente da Associação de Desenvolvimento Local e Sustentável de Parauapebas (Adlisp). Maranhense de Barra do Corda, Áldina está na cidade há 18 anos: “Meu marido veio para cá antes, mas eu levei uma década para resolver me mudar. Hoje, só volto ao Maranhão a passeio. Aliás, adoro fazer a viagem de trem que vai daqui para São Luís.”

Terra Xikrins

A origem de Parauapebas remonta ao fim da década de 1960,

quando pesquisadores descobriram a maior reserva mineral do mundo na região, até então habitada apenas por índios Xikrins do Cateté e remanescentes do Ciclo da Castanha.

Em 1981, iniciou-se a implantação do projeto Ferro Carajás, que resultou na construção de uma vila próxima ao rio Parauapebas. Em pouco tempo, a notícia se espalhou e o povoado, projetado para abrigar 5.000 habitantes, passou a contar 20.000 pessoas atraídas pelas jazidas de ouro, manganês, cobre e ferro.

No ano de 1984, garimpeiros de Serra Pelada invadiram o povoado para obrigar o governo a lhes dar o direito de explorar o ouro da Serra Pelada. Um ano depois, começou o movimento que resultou na emancipação do município de Marabá, oficializada no dia 10 de maio de 1988. Em 2004, a população de Parauapebas chegou a 110.000 pessoas.



Áldina Souza,
presidente da Adlisp

Um tesouro na fronteira do Uruguai

Secretaria de Programas Regionais oferece alternativa profissional aos jovens carentes da região de Quaraí, Barra do Quaraí e Santana do Livramento

Quaraí fica no extremo Sul do país, mais precisamente na fronteira que divide o Brasil do vizinho Uruguai. Situado em uma região rica em pedras semipreciosas, o município está a quase 600 km de Porto Alegre e sofre de um mal

recorrente às cidades pequenas que ficam distantes das capitais de seus estados: existem poucas oportunidades de empregos para os jovens, que não raro acabam indo embora para inflar as estatísticas de desemprego nas periferias dos grandes centros

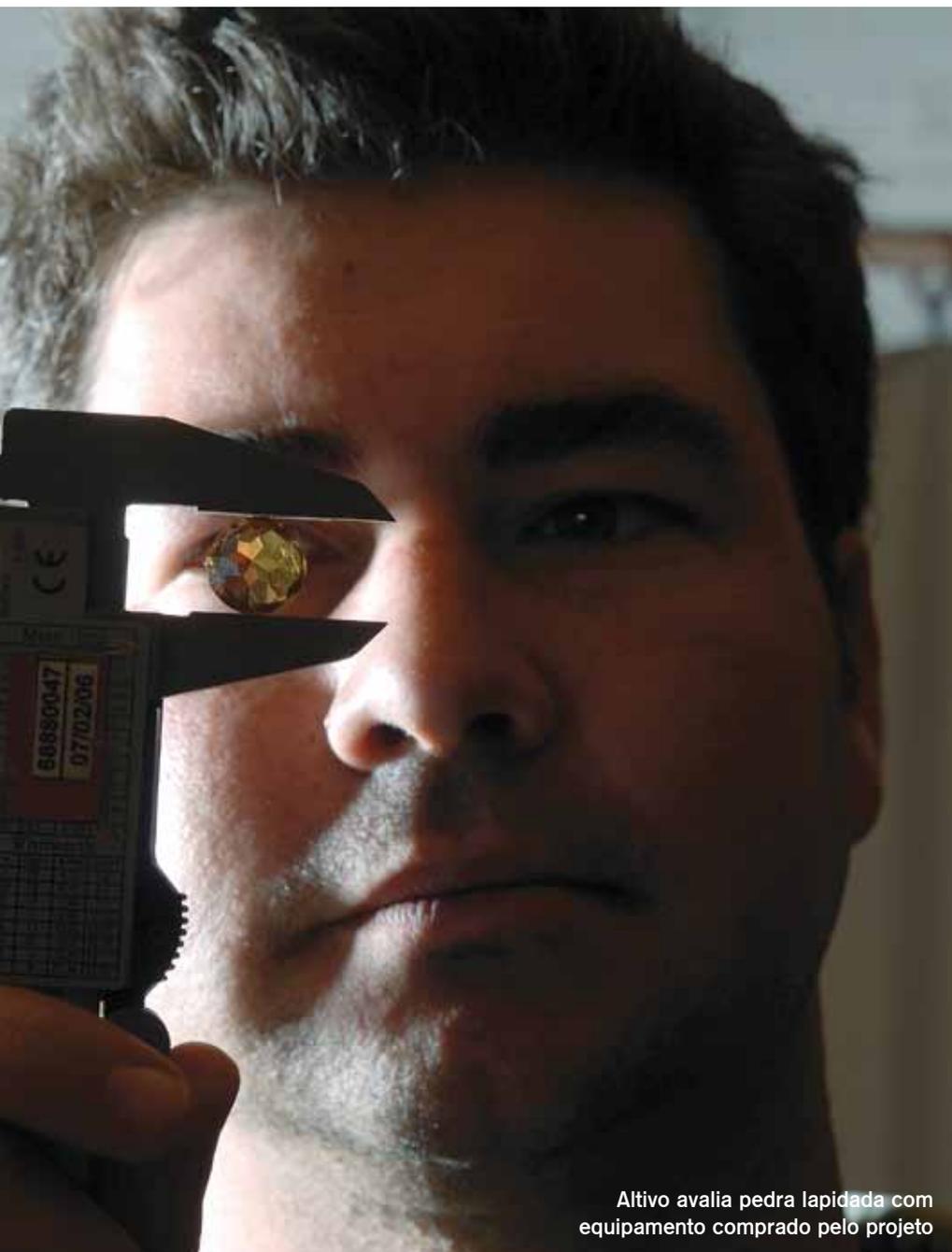
urbanos. Ou seja, Quaraí tem seus atrativos e suas qualidades, mas também seus problemas.

De posse dessas informações, técnicos da Secretaria de Programas Regionais (SPR) vislumbraram, em 2004, a possibilidade de aproveitar os programas de fomento do Ministério da Integração Nacional – como o Produzir, o de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF) e o de Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais (Promeso) – para explorar a riqueza mineral ali existente e oferecer uma alternativa profissional aos jovens dos municípios de Barra do Quaraí e Santana do Livramento. O resultado foi esse APL de Gemas e Joias no extremo do estado.

Mais capacitação

Para viabilizar esse APL, o pessoal da SPR saiu em busca de parceiros e conseguiu o apoio do Fórum da Mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul e da prefeitura de Quaraí, que nessa época penava para viabilizar a Cooperativa Regional Mineral (Coopergema). Criada três anos antes, a Coopergema era, naquele já distante ano de 2004, apenas um sonho de meia centena de artesãos que haviam feito, no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) local, cursos de beneficiamento de pedras semipreciosas.

Costuradas as parcerias, foi elaborado um projeto que resultou na obtenção de R\$ 497 mil – sendo R\$ 30 mil de contrapartida da prefeitura de Quaraí – para a compra de novos equipamentos e máquinas e para cursos de aperfeiçoamento e capacitação em processos gerenciais, cooperativismo e associativismo. Para ajudar nesse projeto, foi procurado também o Sebrae-RS, que



Altivo avalia pedra lapidada com equipamento comprado pelo projeto

se dispôs a encorpar a ação. Não podemos esquecer que, na época, o objetivo era erguer uma cooperativa que, na prática, ainda não havia saído do papel.

Economia solidária

Lotado no Sebrae de Santana do Livramento, Luiz Felipe Brito recorda a participação de sua instituição: “Incluimos a ação em nosso projeto Empreender e disponibilizamos profissionais para oferecer ao pessoal da Coopergema cursos de capacitação nas áreas de gestão, administração financeira, *marketing*, cooperativismo/ associativismo e prospecção de mercado. Nosso grupo ainda ajudou o pessoal de Quaraí a montar a cooperativa de fato, afinal nosso objetivo era dar aos cooperados as condições necessárias para administrar a Coopergema como um negócio rentável.”

Mais recentemente, o Ministério da Integração Nacional firmou parceria com a Agência Sul-Americana de Desenvolvimento (Adesul) para redimensionar e criar novos canais de comercialização para a Coopergema. O consultor Rogério Dalló, escalado pela Agência para operar no projeto, explica o que está sendo feito: “Fazemos um trabalho de gestão com base no conceito de economia social solidária e a partir de três conceitos ou pilares metodológicos. O primeiro é a viabilidade econômica, pois infelizmente



Pedras e bijuterias do novo catálogo de produtos da Coopergema

a maioria dos empreendimentos não começa com um bom estudo de viabilidade. É por isso que mais de 80% das novas empresas, aí incluídas as cooperativas, morrem antes de completar quatro anos de existência. O segundo é o processo institucional associativo ou processo de organização, que é diferente do produtivo. O terceiro é a relação com a cadeia produtiva, a chamada territorialidade.”

O presidente da Coopergema, Altivo Alves Serpa Júnior, mostrando o estoque de peças aguardando comercialização, revela confiança no futuro do empreendimento: “Tivemos muitos problemas no início e a ajuda que recebemos veio muito picada e nem sempre na hora que deveria, mas somos muito agradecidos por tudo o que fizeram por nós e tenho certeza de que vamos ter o sucesso que nossos cooperados sonham.”

Adornos e bijuterias

Altivo explica que o maior problema que a cooperativa atravessa no momento é a falta de capital de giro para a compra de matéria-prima para a confecção de adornos e bijuterias: “Infelizmente, nem esse prédio onde estamos instalados e nem esse maquinário está no nome da Coopergema; assim, não temos como oferecer ao banco uma garantia para a obtenção do capital de giro necessário para comprarmos prata e outros materiais para a fabricação de nossos produtos.

Se falta capital de giro para a compra de matéria-prima para a confecção de adornos e bijuterias, sobram equipamentos no galpão da cooperativa. Somados os R\$ 111 mil que a cooperativa obteve em 2003 – por meio de uma consulta popular do governo do estado – com os R\$ 411 mil que o Ministério da Integração Nacional liberou para a compra de maquinário, a oficina da Coopergema aparenta estar preparada para atender grandes encomendas. Quanto à mão de obra, Altivo garante que esse não é um problema para processar toda a ágata, ametista, cornalina e jasper disponíveis na região.

Em relação à produção, a Coopergema melhorou consideravelmente o *design* de suas peças. Antes, os artesãos produziam somente cabochões (nome que se dá à gema lapidada). A oficina de *design* e acabamento de joias foi um grande passo para os artesãos. Os cabochões, que antes eram vendidos a cerca de 50 centavos cada, tornaram-se bijuterias, o que agregou valor às pedras. Hoje, as peças da cooperativa são vendidas com preços que variam de 5 a 10 reais e a fabricação foi adequada à demanda do mercado, o que resultou da formação de uma linha de produtos. À produção das novas peças seguiu-se a criação de uma logomarca, registro de um domínio na internet e publicação da página <http://crmcoopergema.blogspot.com>.



Raymundo é vice presidente da Cooperativa

Para multiplicar renda

A história da Coopergema começou no ano 2000, quando o Senai local promoveu um curso de martelagem de pedras para capacitar jovens em busca de oportunidades profissionais. Naquela época, Eliseu Cambraia Raymundo dava baixa do Exército e, a exemplo da maioria dos rapazes de sua idade, temia o desemprego que o esperava do lado de fora dos muros do quartel. Hoje, com 35 anos, ele conta como tudo aconteceu com a autoridade de quem foi um dos fundadores da cooperativa.

“No começo foi difícil. Aqui em Quaraí não tinha empresa que precisasse daquele tipo de profissional e foi duro manter o pessoal unido. Éramos 22 e pensamos em montar uma cooperativa, mas a gente nem sabia como. Nossa sorte foi que tinha no nosso grupo um senhor de 88 anos, o Felix Guerra, que era agrimensor aposentado. No final do

curso, ele adoeceu e, pouco antes de falecer, pediu a um de seus filhos, advogado, que nos ajudasse a montar a cooperativa. Foi assim que, em maio de 2001, surgiu a Coopergema.”

Eliseu lembra que, em 2004, surgiu no caminho da Coopergema o APL de gemas e joias apoiado pelo Ministério da Integração Nacional: “Nosso ex-presidente João Monciano Correa Nunes procurou o Ministério e também o consultor José Ferreira Leal, que fazia ação semelhante em Ametista do Sul. Foi feito então um projeto no valor de R\$ 497 mil, complementar ao do Senai. Chegamos a ter 70 associados em Quaraí e mais uma centena em Barra de Quaraí e Santana do Livramento, mas as dificuldades fizeram com que alguns desistissem. Hoje, nosso único problema é o capital de giro.”

Atualmente, a Coopergema tem 48 associados concentrados em

Quaraí, pois as filiais de Barra do Quaraí e de Santana do Livramento foram desmembradas. Além de serviços de lapidação de cabochão e lapidação facetada para abastecer empresas especializadas na montagem de joias e na exportação de matéria-prima, a Cooperativa produz objetos de decoração e joias – sobretudo anéis, brincos, pingentes, pulseiras e tornozeleiras – que são comercializados diretamente ao consumidor ou vendidas em feiras e eventos da economia solidária.

“Ainda não deu para ninguém ficar rico, mas nossos produtos já dão uma renda para nossos cooperados. Agora estamos buscando representantes e parceiros comerciais para que possamos ampliar nossa produção e ganhar novos mercados. Para isso, confiamos em nossa preocupação com a qualidade dos produtos”, relata o ex-recruta.

Quaraí: meteoro, revolução e ametistas

Quaraí tem uma característica curiosa: em pouco mais de uma década sua população cresceu apenas 7,5%, passando de 23.244 habitantes em 1996 para os atuais 24.987. A título de comparação, de 1990 a 2010 a população brasileira terá crescido 32%, segundo estimativa do IBGE. De qualquer forma, Quaraí está distante do tempo em que era povoada apenas pelos índios Guaicurús. Hoje, além da exploração e beneficiamento de pedras semipreciosas, o município mantém sua tradição pecuarista e amplia sua vocação agrícola; só o plantio de arroz ocupa já uma área superior a 8.500 hectares. O comércio e a indústria também cresceram e respondem por grande parcela dos impostos arrecadados.

Outra característica de Quaraí é o fato de estar colada ao município uruguaio de Artigas. Entre as duas cidades, apenas a Ponte Internacional da Concórdia, inaugurada em 3 de abril de 1968. Vale lembrar que o

local onde está hoje Quaraí já foi um dia parte integrante do território das missões orientais do Uruguai. Não por acaso, portanto, os gaúchos de Quaraí têm excelentes relações com os uruguaios de Artigas.

Essa boa relação pode ser medida pelo número de casais formados por brasileiros e uruguaios – e vice-versa – e é visível pelo número de habitantes, de um e de outro lado, que com frequência cruzam a fronteira para trabalhar. Quanto ao comércio entre as duas cidades, o que determina qual vende mais é o câmbio; e, nesse momento, a moeda brasileira leva vantagem.

No mais, Quaraí é servida por quatro operadoras de telefonia celular e conta com provedores de acesso a internet e duas estações de rádio, uma AM e outra FM. Da estação rodoviária, nas imediações da Ponte Internacional, partem e chegam diariamente ônibus para o interior do estado e direto

para a capital, Porto Alegre, a 590 km de distância.

Entre suas atrações turísticas, Quaraí conta com o Museu Crioulo, as ruínas do Saladeiro e o Cerro do Jarau, uma cratera com 5,5 km de diâmetro formada provavelmente há 117 milhões de anos pela queda de um meteoro. Além disso, vale destacar que a cidade também foi um dos palcos da Revolução Federalista, movimento de protesto contra o governo federal iniciado em 5 de fevereiro de 1893. Foi ali que surgiu a figura do maragato, aquele gaúcho de lenço vermelho no pescoço que, pelo seu heroísmo, virou lenda e motivo de devoção, sobretudo pelas populações menos favorecidas socialmente.

Como costumam lembrar os moradores, o nome da cidade vem do Tupi Guarani e significa “Rio das Garças”. Quanto à fundação, o Decreto Provincial nº 972, de 8 de abril de 1875, criou a vila de São João Batista do Quaraí, convertida em cidade em 26 de março de 1890.



Mina de quartzito a céu aberto
no sertão da Paraíba

A riqueza do Seridó

Ministério da Integração Nacional faz parceria com Sebrae, Senar, governos de RN e PB e prefeituras para incrementar o APL do quartzito no Seridó

Nessa edição da revista **Espaço Regional**, vamos abordar o APL que o Ministério da Integração Nacional, o Sebrae, o Senar, os governos dos estados da Paraíba e do Rio Grande Norte e algumas prefeituras do sertão do Seridó apoiam com o objetivo de capacitar quem trabalha nos garimpos de quartzito, promover oficinas de gestão de associativismo e formalizar a extração e o beneficiamento racionais dessa pedra famosa por seu uso em revestimentos de pisos e paredes.

Segundo a Secretaria de Programas Regionais do Ministério da Integração Nacional, o governo federal investiu cerca de R\$ 900 mil reais em ações que beneficiaram três centenas de pequenos mineradores, com grande potencial de difusão de informações, reunidos em seis cooperativas dos dois estados. Marcos

Farias Magalhães, consultor do Sebrae de Campina Grande, explica: “Nosso propósito foi mobilizar os representantes das cooperativas de garimpeiros para despertar neles o respeito ao meio ambiente, transmitir o sentimento associativista e repassar as tecnologias apropriadas às lavras e ao beneficiamento dos produtos.”

Uma das ações para a capacitação dos garimpeiros foram as duas missões que levaram grupos de garimpeiros para conhecer os projetos nos municípios de Jacobina, Pirenópolis, Santo Antonio de Pádua e Rio de Janeiro. O garimpeiro Claudionor Barbosa de Araujo foi um dos que viajaram para participar do Encontro das Cooperativas de Mineração do Estado da Bahia, que aconteceu em Jacobina, e de lá foram visitar o APL de quartzitos de Pirenópolis.

Nova consciência

Membro do Conselho da Cooperativa dos Mineradores das Regiões do Seridó, Curimatau e Cariri, Claudionor conta que a viagem foi muito proveitosa: “Tive a oportunidade de visitar uma mineradora canadense e ter contatos com outros mineiros para trocar informações e experiências. Essas viagens também permitiram uma nova consciência e acredito muito no que ouvi em Brasília. Meus colegas dizem ‘agora nós acreditamos, pois o Claudionor foi lá’”.

Outras ações de apoio a esse APL foram os cursos de capacitação de uso de explosivos, de conscientização ambiental, de cuidados para a saúde e de prevenção de acidentes, além de uma oficina para conscientizar os trabalhadores sobre a importância de se juntarem em cooperativas.

Presidente da recém fundada Cooperativa dos Mineradores da Serra da Poção, o garimpeiro potiguar Reginaldo de Brito e Silva enaltece esse trabalho: “O primeiro resultado foi a cooperativa, que nasceu a partir da Associação dos Mineradores de Ouro Branco graças ao que aprendemos em uma oficina do Projeto Produzir.”

O coordenador da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Rio Grande do Norte, Otacílio Carvalho, conta que esteve recentemente em Ouro Branco para explicar para mais de uma centena de garimpeiros da Serra do Poção os detalhes de outra ação desse APL, o projeto de beneficiamento de quartzito: “Estamos realizando um sonho antigo dos garimpeiros ourobrancoenses que sobrevivem da exploração e extração dessa riqueza.”

Carvalho destacou que o Ministério da Integração Nacional liberou R\$ 481 mil para o projeto – que tem R\$ 96 mil de contrapartida do governo estadual – e enalteceu o apoio do prefeito Nilton Medeiros, que doou um terreno para a construção de um galpão, onde vai funcionar a cooperativa. Nesse espaço, diz o coordenador, funcionará também um núcleo de beneficiamento de quartzito e artesanato mineral, além de cursos de formação e qualificação de mão-de-obra.

Não à granfinagem

O garimpeiro Claudionor Barbosa de Araujo – mais conhecido como Neném Braúna – é ao mesmo tempo um agraciado e uma vítima da mineração na cidade paraibana de Junco do Seridó. Agraciado por que foi o garimpo que garantiu o sustento de sua família desde o tempo do avô –, ele conta que na década de 1970, aos 8 anos, já acompanhava o pai no trabalho em uma mina de colombita e tantalita.

Vítima por que essas três décadas em contato com os minérios lhe renderam uma silicose, doença muito comum entre os garimpeiros e popularmente chamada de pulmão de pedra por ser causada pelo acúmulo das partículas de cristais de sílica – principal componente do quartzito –, que gradativamente endurece os pulmões.

“A vida naquela época era difícil. Quando eu tinha 17 anos comecei a trabalhar com o caulim,

pois os outros minerais ninguém mais queria. Depois fui para Brasília, trabalhar no ramo de hotelaria, e até para o Rio de Janeiro, onde fui piscineiro no Fluminense Futebol Clube, mas não me dei bem com a granfinagem e acabei voltando para o Junco.”

Neném conta que suspeitou de que estava com silicose por que ficava cansado ao fazer qualquer esforço físico: “Eu nunca fui ao médico, mas tomei o leite ferrado – remédio caseiro que consiste em ferver o leite junto com uma pedra de quartzo – que a minha avó fez e fiquei bom, acho eu. Mas essa vida de garimpeiro é muito dura; já perdi uns quatro primos por causa da silicose. Espero que meu filho, que hoje tem cinco anos, não entre nessa vida.”

Neném participou da missão que levou um grupo de garimpeiros do Seridó para conhecer os polos de produção de quartzito em



Claudionor Araújo, mais conhecido por Neném Braúna

Jacobina, na Bahia, e Pirenópolis, em Goiás. O que mais fascinou o paraibano, no entanto, foi a chance de conhecer detalhadamente os ministérios da Integração Nacional e de Minas e Energia, onde esteve depois de Pirenópolis: “Eu já tinha morado e trabalhado em Brasília, mas nunca tinha entrado num ministério”.

Um sertão judeu

Pesquisas realizadas entre o fim do século passado e o início desta década constataram que parte da população do sertão do Seridó tem origem judia Mestre em Ciências da Religião pela Universidade Católica de Pernambuco, o jornalista Luís Ernesto Mellet conta que a região foi um reduto de judeus perseguidos pela Inquisição. Em seu artigo “Judaísmo em Caicó”, ele sustenta que os cerca de 100 mil habitantes do vale do Seridó guardam características

genéticas judias, o que explicaria costumes semitas como os de amortalhar seus mortos, batizar os filhos com nomes do Antigo Testamento e evocar o nome de Deus ao invés do de Jesus, além de usar candelabros de sete ramos e a estrela de David na decoração de suas casas.

Outra característica da região é que as cidades potiguares do vale do Seridó têm as melhores taxas de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do estado. Para os prefeitos da

região, a explicação é uma só: a cultura seridoense, uma herança dos colonizadores. “O Seridó é diferente”, diz o prefeito de Caicó, Roberto Germano. Um exemplo desse diferencial, diz ele, é que o seridoense não elege políticos que não sejam do Seridó.

O prefeito de Ouro Branco, Nilton Medeiros, conta que uma coligação de vários partidos – PT, PMDB, PR, PTB e DEM – trabalha há 20 anos para melhorar a vida dos 5 mil habitantes da cidade. No segundo mandato consecutivo, ele enche a boca para dizer que Ouro Branco tem um dos 30 melhores IDH do Rio Grande do Norte: “Aqui, a mortalidade infantil é zero, toda a população é alfabetizada, todos os bairros e as comunidades rurais tem eletricidade e água encanada, 90% das ruas têm calçamento, nunca houve um roubo de carro e o último crime aconteceu há 10 anos. Agora, quero trazer internet banda larga e sem fio para oferecer de graça para a cidade inteira.”



Paisagem do lado paraibano do sertão do Seridó

Pedra a ser lapidada

Ministério da Integração Nacional faz parceria com o Codemau e investe R\$ 450 mil em equipamentos e cursos de capacitação em Ametista do Sul

A região do Médio Alto Uruguai possui uma das maiores reservas de pedras preciosas do mundo, mas infelizmente 96% das pedras extraídas ali são comercializadas sem qualquer beneficiamento. “Ou seja, falta agregar valor à produção,” explica Mauro Cezar Rosa, consultor do Conselho Regional de Desenvolvimento do Médio Alto Uruguai (Codemau).

Para mudar essa situação, o Ministério da Integração Nacional firmou uma parceria com o Codemau e a prefeitura da cidade de Ametista do Sul para investir R\$ 450 mil no Arranjo Produtivo de Gemas e Joias, visando a montagem de um parque industrial local, o aproveitamento de resíduos e rejeitos, o fomento ao associativismo e a inserção de tecnologias. Em outra parceria com o Codemau, o Ministério investiu mais R\$ 160 mil na realização de cursos de gestão e capacitação para os artesãos.

O vice-prefeito Silvio Cesar Poncio atesta a importância dessas ações: “Os cursos de capacitação ampliam o mercado de trabalho ao mesmo tempo em que formam a mão de obra necessária ao beneficiamento das pedras.”

Ametista Solidária

Um dos principais frutos do APL é a Associação dos Artesãos de Ametista do Sul. Mais conhecido como Ametista Solidária, esse grupo foi criado graças a uma oficina de fomento ao associativismo e em decorrência dos investimentos em equipamentos para lapidar pedras cabochão e facetada, em máquinas de joalheria artesanal e aos cursos de capacitação.

O vice-presidente Alcione Batista de Arruda, de 38 anos, conta que

já passou por muita dificuldade: “Atualmente me dedico ao artesanato de joias e esses cursos promovidos pelo Ministério foram muito bons; eu fiz os de joalheria, *design* e cabochão.”

Membro do Conselho Fiscal da Ametista Solidária, Clovis Bielski recorda que montar a associação também não foi fácil: “No início queríamos montar uma cooperativa, mas custava mais caro e exigia um grande número de pessoas.”

Oficina de Gestão

Independentemente do número de associados, a Ametista Solidária ganhou um reforço importante: sua nova presidente, Atáisa Antonia Perlin, de 24 anos. Apesar de mais nova que seus colegas no comando da associação, Atáisa traz na bagagem o conhecimento embutido no diploma de Artes Visuais que obteve na Universidade Federal de Santa Maria.

Entre fevereiro e julho desse ano, o Ministério da Integração Nacional e o Codemau promoveram uma Oficina de Gestão com o objetivo de aprimorar e capacitar o empreendimento com modernas técnicas de gestão administrativa e

principalmente, de *design*, trazendo de São Paulo o *designer* Rafael Pesce que, além de ensinar as técnicas de desenho, pintura, cores, perspectiva, fundição e cravação, ensinou pessoas simples a criarem *designs* novos em prata e pedras. Com isso, produtos foram criados a partir da observação da natureza local.

Segundo explicou o presidente do Codemau, professor Edeimar Girardi, “essa oficina foi de suma importância para que o grupo Ametista Solidária e pessoas de toda a cidade pudessem manter-se mais competitivas e atuantes no mercado regional.”

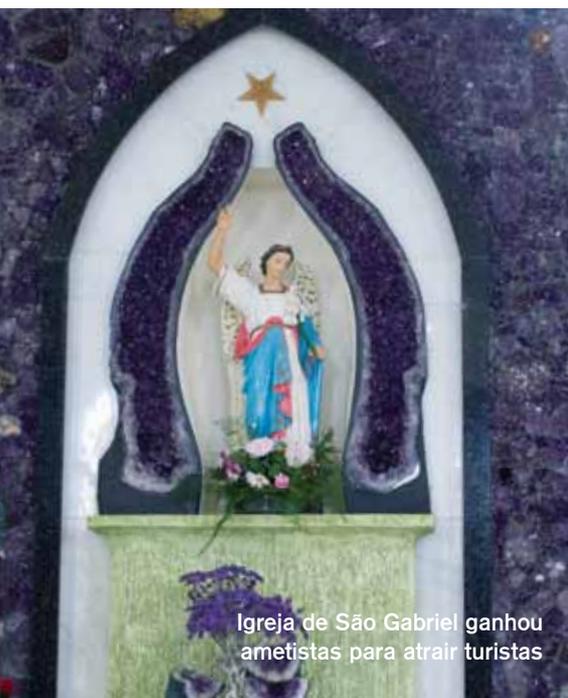
O professor destaca, ainda, ações de redução dos impactos negativos do garimpo sobre a saúde dos que trabalham na exploração: “Estamos divulgando o uso da técnica de perfuração a úmido, que elimina a poeira causadora da silicose, e promovendo a conscientização dos garimpeiros para que usem equipamentos de segurança dentro das furnas.”

Além disso, Girardi conta que foram promovidos cursos de novas técnicas de uso dos explosivos para reduzir o índice de acidentes entre os garimpeiros. Na área ambiental, foram desenvolvidas ações para o aproveitamento dos rejeitos das pedras.



O artesão Clovis Bielski opera equipamento adquirido pelo projeto

Uma cidade chamada Ametista



Igreja de São Gabriel ganhou ametistas para atrair turistas

A região onde se situa Ametista do Sul, no Norte do Rio Grande do Sul, começou a ser ocupada no início do século XX por pequenos grupos vindos de Santa Bárbara e Palmeira das Missões. Coberta por uma mata muito fechada, a área era de difícil acesso e habitada apenas por índios Caingangues.

Os primeiros núcleos habitacionais surgiram na década de 1940 e o povoado ganhou o nome de Cordilheira. Em 1945, os moradores construíram um capitel, onde foi colocada a estátua de São Gabriel, motivando a população a trocar o nome para São Gabriel. Só em 20 de março de 1992, o Distrito de São Gabriel deixou de fazer parte das cidades de Planalto, Iraí e Rodeio Bonito, nascendo ali o município de Ametista do Sul.

A escolha do nome tem uma razão: a cidade guarda uma das maiores reservas de ametista do Brasil. Surgida ainda nos anos de 1930, a mineração no Médio e Alto Uruguai começou por acaso: caçadores e agricultores pioneiros encontraram as primeiras pedras sob raízes de árvores, córregos e áreas lavradas.

Com o término da Segunda Guerra Mundial, o alto valor comercial das pedras atraiu o interesse dos garimpeiros. A partir de 1972, o garimpo ao ar livre dá lugar à exploração subterrânea, com túneis que atualmente chegam a 800 metros de extensão. A produção em grande escala atrai grandes empresas exportadoras e os negócios prosperam, provocando inclusive um crescimento populacional. Hoje, Ametista tem 8.500 habitantes.

Uma babá de futuro

O Arranjo Produtivo Local de Ametista do Sul uniu e melhorou a vida de duas pessoas: Rosana Cléia Alba, de 19 anos, e Inês Ribeiro, de 40 anos.

Rosana foi uma das alunas do curso de *design* de joias promovido pelo Ministério de Integração Nacional em parceria com o Conselho Regional de Desenvolvimento do Médio Alto Uruguai (Codemau). Quanto a Inês, ela já havia feito cursos de joalheria em Curitiba, Porto Alegre e São Paulo e montou um *atelier* de confecção de joias em Ametista.

Filha de um garimpeiro com uma agricultora, Rosana vislumbrou nas gemas e joias a possibilidade de um futuro melhor: “Ouvi sobre esse curso no rádio e corri para me inscrever; minha família é pobre e humilde, sou empregada doméstica e babá e não podia perder essa oportunidade.”

Já Inês é filha de dono de um garimpo na cidade e, quando soube do curso, procurou seus coordenadores por que estava em busca de um aprendiz para ajudá-la em seu *atelier*:

“Quando vi a Rosana mexendo com as joias, soube na hora que era ela quem eu estava procurando.”

Rosana conta mais: “O curso de nada serviria se eu não pudesse colocar em prática o que aprendi. Foi aí que a Inês me chamou. Acho que foi uma das melhores coisas que aconteceram na minha vida.”

A jovem também faz faculdade de Administração de Empresas, em Rodeio Bonito, há um ano e meio: “Gosto muito de aprender e, mesmo não sabendo que carreira seguir, quando apareceu a chance de fazer faculdade, agarrei.” Hoje, a futura administradora de empresas já tem uma ideia de seu rumo: “Acho que posso, no futuro, ser empresária do ramo de joias; posso abrir minha própria oficina ou uma loja.”

Por seu lado, Inês está muito satisfeita com a nova ajudante e conta que acredita muito em seu negócio: “Quando voltei para Ametista, em 2005, descobri que aqui não tinha ainda uma oficina que trabalhasse todo o processo produtivo de uma



Inês e Rosana conheceram-se graças a curso do projeto

joia. Foi aí que fiz vários cursos e abri meu primeiro *atelier*. Agora, estou ampliando para, além do *design*, trabalhar também a parte de fundição dos metais (ouro e prata) e a montagem e a cravação das pedras. Quanto à lapidação, ainda compro as peças prontas, mas meu marido está interessado em aprender. Acho que vai dar muito certo.”

Um projeto para todos

APL apoiado pelo Ministério da Integração Nacional beneficia associação de pequenos produtores e também as empresas mineradoras de Pirenópolis

O Arranjo Produtivo Local para o setor de extração de quartzito de Pirenópolis, Goiás, engendrado pela Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SCO) do Ministério da Integração Nacional (MI), por meio da Coordenação da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride), beneficiou tanto os pequenos garimpeiros quanto as empresas mineradoras da cidade.

Foi graças, por exemplo, a uma consultoria encomendada pelo projeto de desenvolvimento do APL que a Cooperativa de Pedras de Pirenópolis (Coopepi) – entidade que reúne os pequenos garimpeiros – finalmente saiu do papel para se tornar uma realidade.

Também foi graças a esse projeto que a Cooperativa dos Produtores de Pedras de Pirenópolis (Coopedras) – entidade que, apesar do nome, trata-se de uma empresa, reúne a Associação das Mineradoras de Pirenópolis (Amip) e a Coopepi – conseguiu praticamente concluir o processo de regularização das pedreiras que exploram.

Sede própria

Quem presta essas informações é um consultor do Senai de Goiás, Vinícios José Araujo, que coordenou a execução dos projetos, em Pirenópolis, elaborados por uma parceria firmada entre o Ministério da Integração Nacional e o Instituto Evaldo Lodi (IEL): “Nós do Senai somos apenas os executores; os R\$ 525 mil investidos aqui são do Ministério, com 10% de contrapartida do IEL.”

Vinícios conta que esses recursos foram investidos em cursos de capacitação e assistência técnica para as mineradoras: “O primeiro passo foi fazer um diagnóstico do setor. A partir daí, verificou-se a

necessidade de ministrarmos cursos de capacitação – em gestão, técnicas em mineração e associativismo –, de darmos uma consultoria

eles passaram a fazer a partir da montagem de uma oficina e dos equipamentos que foram alugados. Para dar uma idéia desse progresso,



As pedras de Pirenópolis são usadas nas ruas e calçadas da cidade

organizacional para a Coopepi e para a Amip e de darmos orientações para regularizar a atividade mineral no município.”

Em relação aos cursos, o assessor técnico explicou que foram trabalhados temas como liderança, comercialização, informatização e, paralelamente, foi realizada uma consultoria para o desenvolvimento do cooperativismo.

Segundo Vinícios, outro componente dessa ação do Ministério da Integração Nacional que ajudou os garimpeiros foi a produção de um catálogo e de um *website* para o APL de quartzito: “Para a Coopepi foi muito importante, pois ajudou a divulgar os novos produtos que

antes eles vendiam as pedras em forma bruta por valores entre R\$ 7 e R\$ 10 o m². Depois disso, passaram a receber de R\$ 30 a R\$ 40 o m².”

Mais lucros

Contextualizando a importância do quartzito para a economia do município, o consultor do Senai ressalta que as pedras de Pirenópolis representam cerca de 40% do PIB da cidade e que, segundo o presidente da cooperativa José Ribeiro, um garimpeiro ganha por mês de R\$ 800 a R\$ 1,2 mil, seja como autônomo ou como empregado de alguma mineradora.

“Esses cursos também beneficiaram os empresários – acrescenta

Vinícios – pois seus funcionários passaram a ser mais bem capacitados e os levantamentos das reservas e outros estudos promovidos por meio desse projeto são fundamentais para o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) exigido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Além disso, ainda contemplou a contratação de um advogado para tratar da transferência da gestão da pedreira da prefeitura para a Amip, que passou a arrecadar a taxa que cada caminhão paga ao sair da pedreira, assumindo também a responsabilidade de manutenção das estradas internas, banheiros, entre outros.”

Também, diz ele, foram contratados geólogos e outros profissionais, como biólogos e engenheiros de minas, para assessorar os empresários na assinatura desse termo de conduta e, em seguida, na execução de algumas das exigências do TAC.

Outro benefício da ação do Ministério da Integração Nacional, relatado por Vinícios, foi uma visita técnica a São Tomé das Letras, em Minas Gerais: “Foram duas missões, de empresários e garimpeiros, em 2006 e 2007, para conhecer o APL desenvolvido lá, que tem características semelhantes ao de Pirenópolis. O projeto também custeou a montagem de um estande na Habitacon, uma feira da construção civil que aconteceu em Brasília, e o envio de mostruário de um

consórcio de mineradoras que foram participar de uma feira em Nuremberg, na Alemanha, a Stonetec. Vale lembrar que essa ação resultou na exportação de seis contêineres por mês durante seis meses.”

Como resultados, além da exportação desses lotes para a Europa, o assessor conta que a ação rendeu alguns projetos para a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), do Ministério da Ciência e Tecnologia, e outras instituições: “Foi um projeto para a instalação de um moinho para a transformação dos resíduos em areia; outro de pesquisa sobre a destinação desses resíduos; um terceiro que prevê a instalação de um equipamento para o corte de pedras muito espessas; e um último que trata da continuidade dessas ações.”

Tão avançados

O presidente da Amip, o empresário João Figueiredo, conta que o APL fortalecido pelo Ministério da Integração Nacional ajudou muito as mineradoras: “O Ibama passou 15 anos nos perturbando e há cinco chegou aqui um promotor, o Rafael de Pina, que iniciou o movimento pela legalização das pedreiras localizadas na área urbana. Se não fosse a ajuda que esse projeto deu para o APL, não estaríamos tão avançados nesse processo de regularização. Hoje, para a concessão do direito de lavra, só nos falta o estudo do meio biótico”, cujo convênio foi recentemente celebrado entre o MI, por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste e a prefeitura municipal de Pirenópolis, a ser executado até o final de 2010.

O diretor do Departamento de Desenvolvimento Regional da SCO, Carlos Henrique Sobral, afirma que outro convênio prevê a transferência de recursos ao município para a execução da pavimentação da via de acesso à pedreira, que facilitará o escoamento da produção: “No total foram empenhados R\$ 440 mil destinados à estruturação e dinamização do APL de quartzito de Pirenópolis, apenas em 2009.”

Energia

O prefeito de Pirenópolis é o empresário Nivaldo Melo, dono de um supermercado na cidade. Esse goiano que aparenta não ter chegado aos 40 anos de idade esbanja vitalidade e fala com entusiasmo quando o assunto é o APL de quartzito montado no município que ele administra há apenas um ano.

“Pode escrever aí que eu só tenho a agradecer ao Ministério da Integração Nacional e ao Carlos Henrique [diretor da Secretaria de Desenvolvimento do Centro Oeste/MI]. Graças ao apoio a esse APL, finalmente essa atividade está sendo regularizada e nós poderemos, enfim, fazer as transformações que a cidade exige para conciliar a extração mineral com nossa vocação turística.”

Nivaldo se refere à criação de um polo industrial para reunir, em um mesmo local, mineradoras, empresas de beneficiamento e cooperativas que trabalham com a pedra de Pirenópolis: “Com isso, podemos reduzir a poluição visual e sonora que incomoda os visitantes mais exigentes e ao mesmo tempo atender uma antiga reivindicação do setor mineral. Espero que a criação desse espaço ajude a dar um salto de qualidade ainda maior na visão dos empresários do setor, que precisam modernizar ainda mais seus negócios.”

Festa do Divino

Ele não esconde, porém, que o turismo é a menina de seus olhos: “Pirenópolis viveu vários ciclos de desenvolvimento. Começou pelo ouro, depois foi a vez da agricultura, da pecuária e ainda do quartzito, que por sinal deu muita visibilidade à nossa cidade. Mas a partir da construção da Pousada dos Pireneus, há 20 anos, o turismo passou a ser nossa principal atividade.”

Segundo o prefeito, a indústria do turismo emprega hoje, em Pirenópolis, cerca de 4 mil pessoas



João Figueiredo,
presidente da Amip

de sobra

– entre empregos diretos e indiretos: “O turismo representa uma arrecadação mensal de R\$ 25 mil só de ISS. Apenas a Pousada dos Pireneus paga por ano cerca de R\$ 20 mil de IPU.”



Nivaldo Melo,
prefeito de Pirenópolis

Para exemplificar a força do turismo, Nivaldo destaca que a população de cerca de 20 mil habitantes – segundo o censo de 2000 – chega a aumentar em 50% em alguns finais de semana e nos feriados prolongados: “Nossa rede hoteleira tem 5 mil leitos disponíveis, mas tem muita gente que aluga quartos em suas residências e existem muitas casas que são alugadas por temporada. Somando isso, no final de semana das Cavalhadas [evento tradicional que faz parte da Festa do Divino e que se realiza em Pirenópolis 40 dias depois da Páscoa], por exemplo, chegam aqui cerca de 10 mil turistas.”

Para concluir, ele acrescenta que Pirenópolis é hoje um dos 65 destinos mais importantes do Brasil, segundo pesquisa feita pelo Ministério do Turismo. “E temos potencial para crescer ainda mais. No ano que vem, por exemplo, o governo federal vai investir aqui R\$ 7 milhões na construção de um projeto paisagístico na beira do Rio das Almas, que corta a cidade. Vai ficar lindo.”

Um charme histórico

O primeiro nome – Minas de Nossa Senhora do Rosário de Meia Ponte – dá a dica de que foi o ouro – tão abundante a algumas centenas de quilômetros dali – que atraiu para esses lados de Goiás o grupo de portugueses que, no dia 7 de outubro de 1727, fundou a hoje badalada Pirenópolis. Mas o garimpo não durou muito tempo. Na virada do século XVIII para o século XIX, a cidade – já então rebatizada de Meia Ponte – trocou também de atividade, passando a basear sua economia na agricultura, na pecuária e no comércio dos tropeiros.

Os registros históricos mostram que Meia Ponte manteve o *status* de principal centro mercantil de Goiás até a década de 1880, quando passou a sofrer a concorrência do Povoado de Santana das Antas – atual Anápolis. Em 1890, a cidade finalmente recebeu o nome de Pirenópolis, mas seu esvaziamento econômico já estava consolidado e durou quase meio século.

Os habitantes mantiveram a tradição de promover festas e manifestações culturais, populares e religiosas – a Festa do Divino, por exemplo, existe desde 1819 –, mas a decadência econômica persistiu até a década de 1930, quando o início da construção de Goiânia impulsionou uma nova atividade: a produção de quartzito – aqui mais conhecido como pedra de pirenópolis. Aliás, foi a construção de outra capital – no caso Brasília – que consolidou essa atividade.

Casario intacto

Até hoje, a extração mineral é responsável por boa parte do PIB de Pirenópolis, mas alguns moradores sustentam que o charme atual da cidade – seu centro histórico preservado e a excelente estrutura hoteleira e gastronômica – deve-se justamente ao longo período de redução da riqueza circulante. Segundo eles, foi assim que a cidade conseguiu manter seu casario imune

às diversas vagas de modernidade – e consequente especulação imobiliária – que descaracterizaram boa parte de outras cidades históricas.

Paradoxalmente, quem também teve papel importante na transformação de Pirenópolis em um bucólico, mas exuberante polo turístico, foram os *hippies* que, no fim da década de 1970, encontraram nas belezas naturais da região o palco ideal para erigir suas comunidades alternativas. Foram esses jovens que combatiam a sociedade de consumo que ensinaram à população local a fazer as peças de artesanatos e semijoias as quais, atualmente, fazem tanto sucesso nas lojinhas sustentadas pelo dinheiro dos milhares de turistas que lotam a cidade nos finais de semana e feriados prolongados.

A redenção definitiva de Pirenópolis aconteceu em 1989, quando a cidade foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) na condição de conjunto paisagístico, como também, nesse mesmo ano, instala-se a Pousada dos Pireneus, que impulsionou de vez o turismo da cidade. Destaca-se, ainda, o Santuário de Vida Silvestre do Vagafogo – primeira reserva ambiental particular de Goiás e uma das seis primeiras criadas no Brasil, inaugurado há cerca de 10 anos pelo príncipe Charles, da Inglaterra.



Pirenópolis atrai cada vez
mais turistas



Cooperativa produz vinhos de excelente qualidade para conquistar mercado

Lugar de vinhos finos

O cabernet sauvignon da Vinoeste foi classificado entre os cinco melhores tintos jovens do país pela Associação Brasileira de Enologia

O mapa da produção gaúcha de vinhos ganhou um novo endereço: Uruguiana. É nessa cidade da região mais ao Sul do Rio Grande que encontramos a Cooperativa Vitivinícola de Uruguiana. E a Vinoeste – como é mais conhecida – já dá sinais de que não pretende se contentar com o papel de coadjuvante dos tradicionais produtores da serra gaúcha. Com

apenas quatro anos de existência, a vinícola já emplacou uma safra de seu cabernet sauvignon entre os cinco melhores vinhos tintos jovens em avaliação nacional promovida pela Associação Brasileira de Enologia.

Fruto de um Arranjo Produtivo Local apoiado pela Secretaria de Programas Regionais (SPR) do Ministério da Integração Nacional e pela prefeitura de Uruguiana, a

Vinoeste já recebeu investimentos de mais de R\$2 milhões e merece elogios de Rogério Dalló, consultor da Agência Sul-Americana de Desenvolvimento (Adesul), executora do Projeto Produzir da SPR. Contratado para fazer os ajustes finais no empreendimento, ele diagnostica: “O Ministério montou ali um processo produtivo completo, uma verdadeira cantina de vinho.” Dalló relata que a região tem tradição no cultivo de boas uvas para a produção vinícola: “É dessa região que saíram as uvas de quatro dos 13 vinhos nacionais mais premiados.”

Vencendo barreiras

Presidente da Vinoeste, o engenheiro agrônomo Fábio Gallarreta conta que tudo começou em 1999, quando foi fundada a Associação de Fruticultores de Uruguiana: “No ano seguinte houve uma expansão, com alguns associados concentrando esforços na viticultura, mas o grande impulso veio em 2003, quando fizemos uma parceria com o Sebrae. Com os planos de ação, as metodologias ensinadas e a assistência técnica do pessoal do Sebrae conseguimos vencer barreiras e o número de associados cresceu.”

O presidente da Vinoeste destaca, no entanto, que o salto definitivo aconteceu em dezembro de 2005: “A coisa começou a mudar mesmo quando saiu publicado no *Diário Oficial da União* o projeto do Ministério da Integração Nacional que destinava R\$ 750 mil reais à fruticultura local. Não preciso dizer o quanto ficamos agradecidos ao Ministério, pois até aquele momento só alguns de nós produziam um pouco de vinho artesanal. Com o dinheiro foi possível articular com a prefeitura o início da construção de nossa vinícola.”

Os agradecimentos de Gallarreta são dirigidos também ao prefeito José Francisco Sancho Felice: “Quando ele viu o projeto de nossa vinícola, nos perguntou a origem do material que pretendíamos adquirir e não ficou satisfeito com a resposta. Alegamos que aquele era o equipamento que podíamos comprar com o dinheiro do projeto – R\$

750 mil do Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira mais R\$ 300 mil de contrapartida da prefeitura. Ele decidiu, então, liberar mais R\$ 1 milhão para aumentarmos nossa capacidade e produzirmos um vinho mais sofisticado, com as características de solo, clima e plantas da região, o chamado vinho do *terroir*.”

A Vinoeste iniciou oficialmente sua produção de vinhos em 15 de fevereiro de 2007. Hoje, a Vinoeste tem capacidade para produzir 260 mil litros de vinho e seus 25 tanques de aço inoxidável podem armazenar toda essa produção. “Temos ainda espaço para mais cinco tanques para aumentar nossa capacidade em mais 50 mil litros e nossa desengaçadeira (máquina que separa as partes da uva) é uma das mais modernas que existem, capaz de processar 10 mil kg de uva por hora. Com esse equipamento, podemos absorver toda a produção dos vinhedos dos nossos 24 associados,” afirma um orgulhoso Gallarreta.

Aliás, com relação à área plantada, esses atuais 24 associados têm um total de 40 hectares de vinhedos e

a prefeitura outros 10 hectares. “Para aumentar nossa produção, o prefeito Felice quer que aumentemos o número de associados, mas esses 50 hectares que temos já é suficiente para produzirmos 500 mil garrafas de vinho de 750 ml”, conta o vice-presidente da Vinoeste, Amilton José Fortes.

Novas variedades

Atualmente, além de seu premiado cabernet sauvignon, a cooperativa produz vinhos tintos das variedades cabernet franc, merlot e tannat e um vinho branco elaborado a partir de uvas *riesling* italianas. Para o próximo ano, segundo o presidente da cooperativa, a previsão é produzir 110 mil litros.

Quanto à comercialização, a Vinoeste acaba de fechar uma venda grande de vinho a granel para a Rússia, está colocando seus produtos no mercado local, tem boas perspectivas de entrar no Rio de Janeiro e em São Paulo e está em negociação avançada para exportar para a República Tcheca.



Fábio Gallarreta,
presidente da Vinoeste

Um funcionário que vale por mil



Altino Soares

Altino Leonardo Soares é um exemplo de beneficiado direto da APL Vitivinícola de Uruguaiana. Com 55 anos de idade, casado e pai de quatro filhos, seu Altino – como ele é chamado pelos cooperados – trabalha na Vinoeste há quatro anos, mais precisamente desde o dia em que ela foi criada.

Sempre sorridente e com cara de quem anda de bem com a vida, seu Altino é uma espécie de faz de tudo da cooperativa. É ele quem abre e fecha o galpão onde está instalada a vinícola, quem recebe quem aparece por lá, quem mantém tudo limpo e asseado como tem de ser um local de produção de vinhos e, na falta de uma máquina para rotular as garrafas, quem cola manualmente os rótulos, um por um.

“Como a gente ainda não comprou a máquina de rotular e

tínhamos que atender encomendas de garrafas, pedimos ao seu Altino para colar os rótulos. Ele então inventou essa parafernália para fazer a colagem dos rótulos sem errar na simetria. Por essas e outras acho que ele é um funcionário que vale por mil”, sentencia Fábio Gallarreta, presidente da Vinoeste.

Se seu Altino faz bem à cooperativa, também é verdade que a cooperativa contribuiu para melhorar a vida de seu Altino. Ele conta que graças ao que ganhou ali pode comprar para a casa alguns eletrodomésticos novos como uma geladeira, cuidar da saúde dele e da família e ainda mandar os filhos para o colégio: “Agora, nesse Natal, acho que vou poder realizar meu sonho de comprar uma TV de plasma para poder assistir naquele telão os jogos da seleção brasileira na Copa do Mundo do ano que vem”.

Espaço para construir parcerias

O presidente do Conselho Regional de Desenvolvimento (Corede) da Fronteira Oeste, Hugo Chimenes, explica sua participação na Vinoeste: “Fazemos parte, representando o Fórum Mesosul, do Conselho Consultivo do projeto de vitivinicultura, que é uma das potencialidades de desenvolvimento da região, conforme planejamento estratégico elaborado por todos. A fronteira Oeste tem entre suas características o individualismo, diferentemente da região da serra, e vislumbramos na Vinoeste a possibilidade de seus cooperados mostrarem para os outros que uma cooperativa de vinhos pode dar certo. Nesse sentido, uma das vantagens desse projeto é que nenhum deles depende da cooperativa para viver.”

O vice-presidente da Vinoeste, Amilton José Fortes, concorda: “O Hugo tem razão. Eu, por exemplo, sou administrador de empresas e creio que isso pode nos ajudar, já que nenhum de nós tem uma visão imediatista do negócio. Inclusive, já colocamos dinheiro do nosso próprio bolso e ninguém ainda ganhou nada”.

Concorrência

Para que esse lucro venha, Amilton acha que seria importante o governo sobretaxar o vinho importado e reduzir a carga tributária sobre o similar nacional. O vice da cooperativa reclama, ainda, da facilidade com que o vinho argentino chega ao mercado local. “Isso porque tem fiscalização

na fronteira”, provoca Chimenes. As declarações mostram que, por traz do discurso desprendido, existe a determinação de tornar a Vinoeste um empreendimento de sucesso. “Precisamos ampliar nossa participação no mercado e temos vinho de qualidade para isso,” comenta Amilton.

Hugo considera que o Corede pode ajudar: “Nosso papel é, justamente, articular os atores sociais, políticos e econômicos das regiões, inclusive colaborando para organizar os segmentos desorganizados, transformando-os em sujeitos coletivos capazes de formular suas próprias estratégias de desenvolvimento e, assim, serem construtores de seu próprio modelo de desenvolvimento regional.”



O frio de Uruguaiana favorece a produção de uvas e vinhos

Libres – a separar as duas cidades apenas os 2,4 km de uma ponte sobre o rio Uruguai. Atualmente, Uruguaiana tem cerca de 140 mil habitantes. Sua etnia foi originada por grupos nômades indígenas e, posteriormente, pelos colonizadores espanhóis e portugueses. No século passado, a cidade acolheu correntes migratórias de italianos, alemães, espanhóis, franceses e árabes.

Porto seco

Um das características da cidade é sua moderna estação aduaneira, principal porta de entrada das mercadorias do Mercosul. Não à toa, seu porto seco é o maior da América Latina. Uruguaiana é também a principal porta de entrada de turistas do Estado, registrando mais de 100.000 ingressos por ano.

Quanto à sua história, a cidade nasceu em 1824, quando o general Bento Gonçalves da Silva, então presidente da República do Rio Grande de Piratini, autorizou a criação de um novo povoado que ganhou o nome de Santana do Uruguai. Em 1846, passou à categoria de vila e passou a chamar-se Uruguaiana.

A cidade de muitas fronteiras

Uruguaiana é uma cidade de muitas fronteiras. Situada no que os gaúchos chamam de microrregião da campanha ocidental, ela faz divisa com o município de Itaqui, ao Norte, com a República Oriental do Uruguai, ao Sul, com Alegrete e Quaraí, a

Leste, e com a República Argentina, a Oeste. Aliás, Uruguaiana é um dos 10 municípios bifronteiriços do Brasil, fazendo divisa simultaneamente com a Argentina e o Uruguai.

Seus vizinhos mais próximos são os argentinos de Paso de Los

Artesanato padrão TV

Ministério da Integração Nacional
apóia artesanato e turismo em Mesorregião do
Itabapoana para compensar fim da estrada de ferro

A Secretaria de Programas Regionais do Ministério da Integração Nacional resolveu apoiar a atividade turística e o artesanato de Mesorregião Itabapoana, reforçando e incentivando o desenvolvimento do APL que tem por objetivo reerguer economicamente o município. O presidente da Agência de Desenvolvimento Integrado da Região do Pico da Bandeira (Adespi), João Paulo Machado de Souza, explica: “Fazemos parte de um território prioritário para o governo federal, que é a mesorregião de Itabapoana. Aqui em Minas Gerais, a opção foi investir no turismo, pois temos aqui perto o Pico da Bandeira e o Caminho da Luz.”

Para começar, diz o presidente da Adespi, “o Ministério da Integração Nacional destacou dois projetos na cidade: a sinalização do Caminho da Luz e de outras atrações como igrejas e cachoeiras, que recebeu investimentos de R\$ 108 mil, e o de artesanato, orçado em R\$ 125 mil”. Com relação ao artesanato, João Paulo conta que o projeto tem três eixos de atuação: equipar as oficinas, criar uma loja virtual para ampliar a comercialização e promover cursos e oficinas de capacitação em *design* e gestão e fomento ao associativismo.

Don Quixote

Na hora de falar sobre o artesanato, toma a palavra Roberto Soares, chefe dos artesãos. Ele conta com entusiasmo que faz artesanato desde criança, mas que foi depois que se aposentou, há dois anos, que passou a se dedicar integralmente à atividade: “Minha paixão sempre foi criar objetos com as mãos. Comecei com a cerâmica, mas me achei mesmo foi trabalhando com papel machê.”

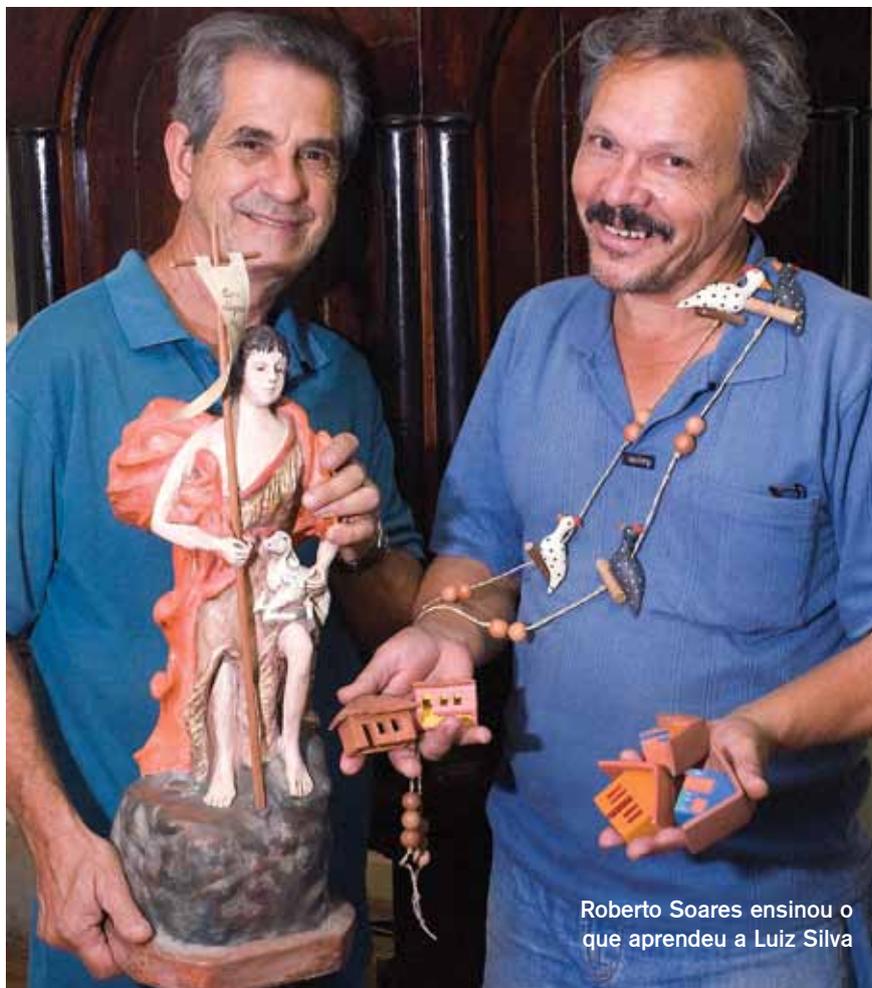
Aliás, a paixão de Roberto pelo que faz é tamanha que ele tem

dificuldades em vender os frutos de seu trabalho: “Em março fomos a Salvador para aquela exposição [1ª Mostra Nacional de Desenvolvimento Regional] promovida pelo Ministério da Integração Nacional e levei meu Don Quixote. Uma gaúcha que tem uma loja de artesanato gostou e quis comprar, mas ela me ofereceu muito pouco e eu não vendi.”

Mas se Roberto tem dificuldades de perder suas obras de vista, na hora de compartilhar seus conhecimentos ele se revela um altruísta. O também artesão Luiz Carlos da Silva é um dos que aprenderam com ele a trabalhar a cerâmica: “Foi há 35 anos. Naquela época eu ainda trabalhava na construção civil, mas fiz um curso e acabei sendo aluno do Roberto. Depois parei, mas há seis anos voltei a mexer com cerâmica e tomei gosto; hoje me dedico integralmente ao artesanato.”

Luiz Carlos conta que suas peças já foram parar em Portugal e na Dinamarca. Ele não se dedica, porém só à cerâmica: “Na mostra de Salvador, eu levei quatro churrasqueiras de ferro-chapa. Um empresário viu, gostou e levou uma. No dia seguinte ele voltou querendo encomendar mais mil por mês, mas não pude fechar o negócio, pois não tenho condições de produzir uma quantidade tão grande e, ainda por cima, aqui em Carangola não teria a quantidade de matéria-prima necessária para o tamanho dessa encomenda.”

O presidente da Adespi argumenta que é justamente para evitar que esse tipo de situação se repita e que oportunidades como essa sejam perdidas que estamos promovendo essas oficinas de capacitação e gestão: “O que desejamos é que surjam mais pessoas como a Simone de Oliveira, que começou aqui na Associação e hoje tem 40 pessoas trabalhando para a empresa que ela criou, a Brasil Pitanga. Atualmente, ela vende seus produtos para os Estados Unidos e Europa e já vimos peças dela até na novela das oito da Rede Globo.”



Roberto Soares ensinou o
que aprendeu a Luiz Silva

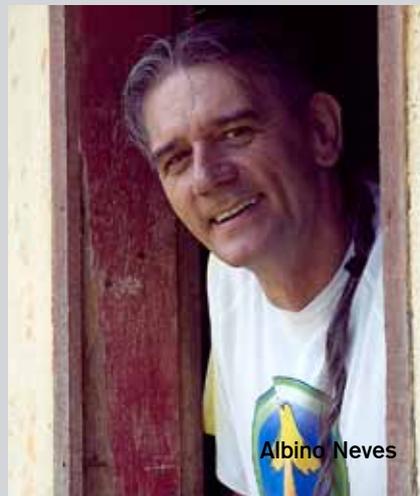
Andarilho da montanha sagrada

Albino Neves sempre foi um andarilho. Em 1999, percorreu os mais de 700 km do caminho de Santiago de Compostela, ancestral rota de peregrinação que se estende pela Península Ibérica. No ano seguinte, também a pé, fez os cerca de 130 km do também secular caminho entre as cidades portuguesas de Aveiros e Fátima. Seis meses depois, em agosto de 2000, refez os passos de Jesus Cristo, na Palestina, e em seguida parte do trajeto percorrido por Moisés entre Amam e Petra, na Jordânia.

Por isso, em julho de 2001, quando foi à gruta de Catuné, na cidade mineira de Tombos, e de lá seguiu para o Pico da Bandeira, nem ele se surpreendeu ao vislumbrar o hoje conhecido Caminho da Luz: “Eu estava lá em cima, numa parte alta da montanha. Ao fazer uma parada para descansar, olhei para baixo e vi uma trilha no meio da mata. Foi incrível. Na mesma hora tive a ideia de criar esse caminho. Depois fui descobrir que era uma rota traçada por tropeiros aventureiros. No mesmo ano,

em julho, promovemos a primeira caminhada coletiva.”

Jornalista autodidata que, em 1980, trocou a fluminense Itaperuna



Albino Neves

pela mineira Carangola ao se casar com uma moça da cidade, Albino conta que o novo caminho começou a tomar forma em 2002: “No início daquele ano veio um pessoal de Brasília que havia ouvido falar da nova rota. Eram 32 pessoas e fui obrigado a marcar todo o trajeto com setas

amarelas para que ninguém se perdesse. Nascia ali o Caminho da Luz.”

Albino relata que, ainda em 2003, a recém-criada Associação Brasileira dos Amigos do Caminho da Luz (Abraluz) promoveu um seminário e uma audiência pública em Tombos para debater a nova rota de peregrinação: “Apareceu então o indigenista (João Geraldo) Itatuitim Ruas, filho de criação do Marechal Rondon, que nos contou que há 300 anos os índios já faziam esse trajeto em uma peregrinação à montanha sagrada do Brasil, o Pico da Bandeira. Nem preciso dizer como aquilo me emocionou, pois naquele momento entendi a importância de tudo aquilo em que eu havia me metido.”

Desde então, segundo nosso personagem, o Caminho da Luz já foi percorrido por cerca de 20 mil pessoas do Brasil e de várias partes do mundo. “Só em 2008, foram mais de 3 mil andarilhos”, como Albino gosta de chamar quem faz a rota de Tombos ao Pico da Bandeira.



O Caminho da Luz tem 195 km

Caminho para os peregrinos

O Caminho da Luz é uma rota de peregrinação que liga a cidade mineira de Tombos – onde está situada a quinta maior cachoeira em volume de queda d’água do Brasil – ao Pico da Bandeira – terceiro mais alto do país e o primeiro mais alto a ser acessível. Desde que foi criada, em 2001, essa trilha pelas matas do interior de Minas Gerais já atraiu mais de 20 mil andarilhos de todo o mundo.

Crenças e esoterismos a parte, o Caminho da Luz é uma rota segura para o desenvolvimento do turismo de uma região que vive no ostracismo desde que a extinta Rede Ferroviária Federal fechou a estrada de ferro que por ali passava. Consciente de sua importância para alavancar empregos e renda para os moradores – sobretudo os mais jovens –, a

Secretaria de Programas Regionais do Ministério da Integração Nacional iniciou o apoio ao Arranjo Produtivo Local elaborado para desenvolver e promover o artesanato e o turismo nessa região.

No caso específico do Caminho da Luz, o Ministério da Integração Nacional investiu R\$ 108 mil no desenvolvimento e na produção de 50 placas descritivas, 300 placas indicativas e mais uma centena de placas de informações aos turistas. Além de agregar cultura e informação, essas placas representam toda uma nova sinalização para esse caminho que, a cada dia, atrai mais pessoas interessadas nas belezas naturais da região e – porque não? – no viés místico que reveste essa rota de peregrinação.

Casadas com o bordado

APL apoiado pelo Ministério da Integração Nacional inclui cursos de gestão, capacitação em associativismo e aquisição de matéria-prima

Apesar da qualidade e da relevância do bordado para a economia do sertão do Seridó, falta organização às bordadeiras seridoenses. A avaliação é da consultora Maria Aparecida Dantas Moraes, da Valer Capacitações – Oscip que promove cursos e presta assessoria para projetos de desenvolvimento local sustentável. Também coordenadora do projeto que o Ministério da Integração Nacional desenvolve na região como parte de um APL costurado em parceria com o Sebrae e a Agência de Desenvolvimento do Seridó (Adese), Aparecida explica:

“O primeiro passo foi promover cursos de capacitação em associativismo, gestão, empreendedorismo, planejamento e comercialização visando ao fortalecimento da Cooperativa de Bordadeiras e Artesãos do Seridó, que é uma espécie de guarda-chuva das associações de bordadeiras de Caicó, Cruzeta, Jardim do Seridó, São José do Seridó, São Fernando e Timbaúba dos Batistas. Graças a essa ação, conseguimos reestruturar e fortalecer a cooperativa e as seis associações.”

Grande procura

A consultora revela que o projeto – orçado em R\$ 100 mil – foi inicialmente idealizado para Caicó, mas logo os parceiros envolvidos na ação perceberam que o bordado abrange 25 municípios da região do Seridó: “Em conversas com a Arlete [Silva Andrade, vice-presidente do Comitê Regional das Associações e Cooperativas de Artesanato do Seridó], chegamos a um acordo para estender os trabalhos para as cinco cidades que citei há pouco.”

Aparecida conta que o principal diferencial desse projeto em relação aos anteriores foi que ele incluiu a aquisição e a distribuição

de matérias-primas: “No início, essa ação deveria beneficiar 200 bordadeiras, mas a procura foi tão grande, que acrescentamos mais um centena e só não ampliamos mais por conta da falta de recursos e porque o Projeto Produzir, que financia o projeto, tem a qualidade como viés.”

Visando ao aprimoramento técnico das bordadeiras e a ampliação de sua capacidade de gerar renda, Aparecida destaca que o projeto também promoveu cursos de capacitação de *design* e risco e de bordado para iniciantes. Ela acrescenta que, sobretudo no quesito aumento de renda, foi igualmente importante a abertura de novas lojas de bordado em São Fernando, Jardim do Seridó e São José do Seridó.

Arlete Silva Andrade, vice-presidente do Comitê Regional das Associações e Cooperativas de Artesanato do Seridó, apressa-se em afirmar que a região do Seridó tem o melhor bordado do Brasil e provavelmente do mundo. Ela fala com a autoridade de quem participou de uma missão que levou bordadeiras para conhecer o que fazem suas colegas da Espanha, da Itália e de Portugal: “Os bordados de Portugal e da Espanha são lindos, mas os nossos...”

Herança materna

Com a experiência de quem borda desde os 18 anos e desde 1994 participa de associações e cooperativas de bordadeiras, Arlete foi quem criou a marca Bordado do Seridó e criou as especificações dos bordados produzidos

em quase todos os municípios do sertão potiguar. A líder das bordadeiras do Seridó avalia que essa cooperação com o Ministério da Integração Nacional foi importante para dar um novo incremento ao bordado da região e fortalecer a estrutura existente.

E para quem duvida do comprometimento de Arlete com o bordado e as bordadeiras do sertão do Seridó



Arlete Andrade é a primeira-dama do bordado do Seridó

basta ouvir a resposta que ela dá quando lhe perguntam seu estado civil: “Sou viúva e meu segundo marido é o bordado.”

Uma das cidades em que o bordado tem presença mais marcante é Timbaúba dos Batistas. Com 2,2 mil habitantes, esse município do sertão potiguar tem mais de 800 bordadeiras e bordadeiros. Glauce Batista Pereira é uma delas. Bordando há cinco anos – “desde os 15” –, ela diz que o bordado é a principal fonte de renda e faz parte da cultura da cidade: “Eu aprendi com minha mãe e minhas três irmãs também.”

Era uma vez os nossos portugueses

O bordado chegou ao Brasil pelas mãos zelosas das mulheres dos imigrantes portugueses que aqui desembarcaram no fim do século XVII, início do século XVIII. No Rio Grande do Norte, o bordado chegou um século depois. Atualmente, as cidades de Caicó e Timbaúba dos Batistas são as que mais se aplicam na reprodução dessa tradição herdada dos lusitanos que vieram da Ilha da Madeira.

As características do bordado dessa ilha portuguesa no Oceano Atlântico estão presentes nas estampas florais, mas as mulheres seridoenses deram características bem nordestinas a essa arte, utilizando cores vivas e representando a fauna e a flora locais. Iracema Nogueira – que graças ao bordado conseguiu cursar três faculdades – escreveu uma monografia sobre o bordado no Seridó e acrescenta: “Até a década de 1920, enquanto os homens trabalhavam na lavoura, as mulheres bordavam por lazer”.

Iracema prossegue: “À época, este artesanato era produzido à mão, apenas com agulha e linha colorida. Na década de 1940, o bordado passou a ser comercializado em maior escala. Foi quando a Singer – tradicional fabricante americano de máquinas de costura – enviou à região um representante que oferecia um curso de bordado a máquina para quem comprasse o equipamento”.



“Tu me ensina a fazer renda...”

Quando tinha 9 anos, a pequena Maria bordava as roupas de suas bonecas usando fios que obtinha desfiando pedaços de tecidos coloridos. Um dia, viu uma mulher bordar em “máquina de pedalar”; voltou para casa, pegou um caixote e construiu uma réplica para brincar de bordar usando uma telha como pedal. “Naquela época – conta ela – ter uma máquina de costura era, para uma moça, o mesmo que ter um carro para os rapazes.”

Aos 17 anos, Maria se casou e ganhou uma máquina, de segunda mão, mas só sabia usá-la para costurar. Os anos se passaram, Maria da Guia de Senna Santos teve filhos e viveu momentos de dificuldades financeiras.

No ano 2000, tomou coragem: fez um curso de bordado a máquina, em Caicó, e transformou a brincadeira de criança em sua fonte de renda: “O bordado mudou a minha vida. Ajudou a gente a sair de uma situação ruim, ajudou na casa e permitiu dar educação para meus três filhos. É com felicidade que me lembro das brincadeiras de quando era menina. Hoje, sou presidente do sindicato das bordadeiras do município Jardim do Seridó”.

Aos 38 anos, Maria da Guia ganha mais que o marido e, depois de fazer cursos de empreendedorismo e comercialização por conta do APL, apoiado pelo Ministério da

Integração Nacional, tem planos de montar uma empresa e contratar várias bordadeiras para produzir peças em um novo estilo de bordado. Enquanto não dá o próximo passo para seu projeto pessoal, dá aulas para multiplicar o que aprendeu em oficinas do Projeto Produzir.



Maria Santos

Quando à família, Maria da Guia conta que a filha do meio, Gerusa, de 16 anos, já aprendeu a bordar, “mas ela só vai se dedicar ao bordado depois de terminar o segundo grau”. E o marido? “Por enquanto, faz trabalho de roça, mas queria muito que ele fizesse um curso de assistência técnica de máquinas de costura,” volta a sonhar a pequena Maria.

Segundo Iracema, a estratégia foi um sucesso e as bordadeiras passaram a utilizar aquelas máquinas pretas de pedal. Essa automação, diz ela, prejudicou a arte de bordar, mas é certo que sem as máquinas seria impossível produzir bordados para atender aquele crescimento da demanda. Afinal, se antes das máquinas de costura levava-se cerca de seis meses para bordar uma colcha de casal, hoje é possível fazer duas por dia.

Iracema conta que foi nessa época que as mulheres usaram

o bordado para se inserir no mercado de trabalho, mesmo que informalmente. Hoje, destaca ela, existem até homens que se dedicam ao bordado, sobretudo porque esse artesanato tornou-se uma atividade lucrativa e porque a região oferece poucas oportunidades de emprego e renda.

Para se ter uma ideia do que o bordado representa para o sertão do Seridó, basta lembrar que em Timbaúba dos Batistas existem 800 bordadeiras e bordadeiros. Detalhe: a cidade tem 2.200 habitantes.

Os frutos da fruta madura

Cerca de 500 famílias de agricultores familiares de sete municípios do sul do Pará são beneficiados por APL de fruticultura apoiado pelo Ministério da Integração Nacional

Cupuaçu, cajá, goiaba, murici, açaí, maracujá, acerola, tamarindo, manga, bacuri, abacaxi e buriti. A combinação de todos esses frutos não rende uma salada de frutas, mas proporciona uma renda razoável para 500 famílias de agricultores familiares que participam de sete entidades associadas à Federação das Cooperativas da Agricultura Familiar do Sul do Pará, a popular Fecat.

Fundada em 2002, a Fecat reúne as cooperativas dos municípios de Marabá, Itupiranga, Nova Ipixuna, S. João do Araguaia, São Domingos do Araguaia, Eldorado do Carajás e Parauapebas – às quais, no próximo ano, se junta oficialmente a cooperativa de Curionópolis.

O presidente da Federação, o agricultor familiar Antoninho Vieira Araújo, acrescenta que, além dessas 500 famílias filiadas, fazem parte desse sistema produtivo cerca de mil famílias que estão em assentamentos rurais que aguardam a titulação das suas terras ou em áreas de ocupação que ainda não foram transformadas em assentamentos.

Para beneficiar

O coordenador técnico da Fecat, Alberto Alves Filho, conta que o projeto resultante do Arranjo Produtivo Local apoiado pelo Ministério da Integração Nacional na região teve início em 2005: “Tudo começou com uma proposta de fortalecimento da fruticultura com enfoque no beneficiamento, na verticalização da produção e na industrialização.”

Alberto continua: “Nós tínhamos problemas na logística de transporte, na linha de produção da indústria e também na armazenagem. Teve uma época que não tínhamos como buscar a produção de nossos associados e, muitas vezes, quando eles

entregavam aqui, não podíamos receber porque não havia espaço na câmara fria”.

Além disso, diz ele, “só produzíamos embalagens de 10 kg, o que fazia com que nossos produtos fossem vendidos para indústrias de outros estados que reprocessavam nossas frutas e mandavam de volta em embalagens de 100 gramas”.

O coordenador da Fecat recorda que os R\$ 331 mil investidos pelo Ministério da Integração Nacional nesse APL tiveram, como primeiro destino, a ampliação da câmara fria e a reestruturação da linha de produção para atender a demanda por pequenas embalagens. Em seguida,

aproveitamento dos resíduos: “Com as sementes de maracujá e os caroços do cupuaçu, por exemplo, é possível fazer um óleo que tem mercado na indústria de cosméticos. Inclusive, já estamos negociando a venda desse óleo para a Natura. Também estamos usando resíduos para produzir um adubo orgânico”.

Por fim, destaca o administrador, “também investimos na contratação de técnicos e em cursos e capacitação dos agricultores familiares e demais colaboradores da rede da Fecat”.

O resultado final dessa ação foi ampliar o beneficiamento na indústria montada em Marabá, que passou a produzir 105 toneladas de polpa de



Indústria de beneficiamento montada com recursos da SPR

foi comprado um caminhão com capacidade para duas toneladas.

“Com a reestruturação da linha de produção, aproveitamos parte do dinheiro para comprar também as embalagens pequenas, pois ficou decidido que a prioridade passaria a ser o mercado varejista local”.

Alberto revela que uma parte dos resultados financeiros obtidos do próprio projeto foi destinado à montagem de um sistema de

frutas, um incremento de mais de 160% em relação às 40 toneladas beneficiadas antes da realização de todos esses investimentos.

“E é claro que tudo isso também trouxe benefícios para nossos cooperados, que passaram a ter a certeza de que podemos receber sua produção e, ainda, porque passaram a receber valores maiores pelas frutas que beneficiamos”, concluiu o coordenador da Fecat.

Crescimento em ritmo chinês

Apesar de os portugueses terem iniciado ainda no século XVI a exploração da região onde hoje se localiza a cidade de Marabá, no sudeste do Pará, sua ocupação efetiva iniciou-se apenas em 1892, quando ali desembarcaram algumas famílias fugidas de sangrentas lutas em Boa Vista do Tocantins, no estado de Goiás.

Dois anos depois, um grupo liderado pelo coronel Carlos Leitão instala um burgo agrícola 11 milhas abaixo da foz do rio Itacaiúnas. Nessa época, descobre-se na região o caucho, uma árvore da família das

moráceas, que também produz o látex, considerado a primeira grande riqueza de Marabá.

Em junho de 1898, o maranhense Francisco Coelho da Silva e o seu sócio Francisco Casemiro de Souza inauguram um barracão comercial na confluência dos rios Tocantins e Itacaiúnas com o nome de Marabá, em homenagem ao poeta maranhense Gonçalves Dias. A inauguração do novo ponto – dividido em comércio, depósito, residência e amplo espaço para festas – coincide com a chegada de grupos migratórios vindos,

Histórias para contar

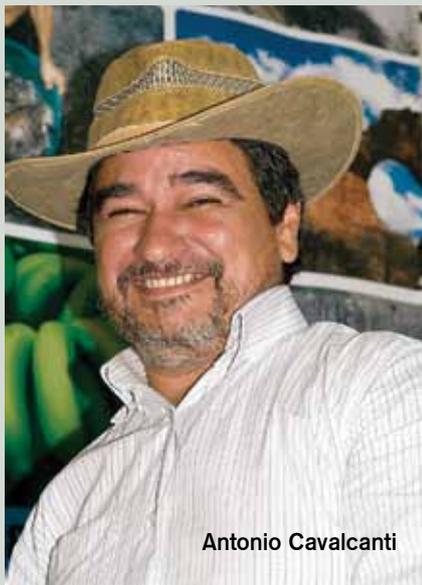
Aos 45 anos, o maranhense Antonio Chaves Cavalcanti é um dos 500 agricultores familiares que entregam suas frutas para serem beneficiadas pela Fecat. Sua história na região Sul do Pará começou, porém, há quase 30 anos. Antonio relata que tinha 16 anos quando saiu da sua cidade natal, Lago da Pedra, para acompanhar os tios que decidiram tentar a sorte em Serra

de um punho, mas eu e meus tios nunca achamos nada”.

Antonio recorda daquele tempo como uma época difícil: “Quem como a gente não conseguiu nada com o garimpo até 1984, entrou no movimento dos sem terra. Em junho de 1987, participei da ocupação da reserva Mãe Maria, dos índios Gavião. Depois, tiraram a gente de lá e recebi um pedaço de terra no assentamento Araras, em São João do Araguaia”.

O tempo passado ali permite a Antonio contar, também, as transformações pelas quais passou a região: “Quando cheguei o forte era a castanha; com a derrubada das castanheiras, passaram a usar a terra para criar gado, de corte. Hoje, por conta do número de assentamentos, a agricultura familiar ganhou força e as frutas ocupam a maior parte das lavouras”.

Instalado no assentamento Araras, Antonio tem 2 hectares de maracujá e 5 hectares de banana, além de pés de cupuaçus nativos e algumas cabeças de gado: “A vida melhorou muito em relação àquela época. Com as frutas que entrego na cooperativa, a venda das bananas e mais o gado consigo tirar uns mil reais por mês.”



Antonio Cavalcanti

Pelada: “Tinham aberto o garimpo e muitos nordestinos vieram para cá. Para muita gente foi uma ilusão. Vi acharem pepita de ouro do tamanho



sobretudo, dos estados do Nordeste e do Norte de Goiás em busca das riquezas provenientes da exploração do caucho.

Ao redor do barracão Marabá forma-se, então, um aglomerado de residências rústicas transformado formalmente em vila no dia 5 de abril de 1913. O *status* de município, no entanto, só veio uma década mais tarde, em 27 de outubro de 1923. Quanto ao nome, marabá tem origem indígena e significa filho do prisioneiro ou estrangeiro ou ainda o filho da índia com o branco.

Em 1929, Marabá ganha um sistema de iluminação pública abastecido por uma usina à lenha e, em 17 de novembro de 1935, o primeiro avião pousa no aeroporto recém-inaugurado na cidade. Nessa época, o município contava 1.500 habitantes. Sessenta anos depois, em 1998, a população havia crescido cem vezes e atingia 157.884 habitantes. Hoje, são cerca de 200 mil, segundo o IBGE.

Nos últimos dez anos, Marabá tem apresentado um padrão chinês de crescimento econômico – e, nesse caso, também populacional: cerca de 10% ao ano.

Café + pêsego = aumento de renda

Região de Porciúncula, tradicional produtora de café, experimenta lavouras de pêsegos para driblar adversidades e somar renda

Um Arranjo Produtivo Local orquestrado pela Secretaria de Programas Regionais do Ministério da Integração Nacional está mudando o perfil agrícola da zona rural de cinco cidades do Norte fluminense e da Zona da Mata mineira, tradicionais produtoras de café. O secretário municipal de Agricultura de Porciúncula, Marcos André Dias Jogaib, explica: “Trata-se de um projeto regional que pega Porciúncula, Varre Sai e Bom Jesus do Itabapoana, no estado do Rio, e Tombos e Eugenópolis, em Minas, e que tem por objetivo incentivar o aumento da área plantada, elevar a produtividade e melhorar a qualidade dos pêsegos”.

Coalhada de pequenas propriedades rurais onde impera a monocultura cafeeira, a região não suporta mais as oscilações dos preços internacionais do café. “Quando o preço cai, é um deus nos acuda”, argumenta Jogaib. Ele conta que tudo começou com um estudo feito, pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro: “A ideia partiu da Firjan e o Ministério da Integração Nacional abraçou.”

In natura

O secretário reconhece que também existem riscos no pêsego, mas destaca que as vantagens são consideráveis: “Veja bem, não estamos incentivando a troca do café pelo pêsego, e sim a diversificação da lavoura. Assim, se houver problema com uma cultura, a outra pode salvar o ano dos produtores. E mais, se não surgirem problemas, a soma das duas culturas vai representar um considerável aumento de renda para os produtores”.

Quanto à escolha da região para a execução desse projeto, Marcos Jogaib – que é filho de Antonio Jogaib, prefeito de Porciúncula – recorda que as cinco cidades que participam



Marcos Jogaib,
secretário de Agricultura

desse APL ficam a mais de 600 metros, altitude que os professores da Universidade Federal de Viçosa (UFV), que prestam assistência técnica ao projeto, consideram boa para o plantio de pêsegos. Até o momento, 47 agricultores decidiram diversificar suas lavouras, plantando pêsego onde antes o café reinava sozinho. Juntos, eles plantaram 45 hectares de seis variedades de pêsego de mesa.

Como o plantio começou em 2006 e os pessegueiros levam dois anos para dar os primeiros frutos, ano passado marcou a primeira safra da fruta. O secretário destaca que essa é mais uma qualidade da região para o cultivo do pêsego: “No Sul do Brasil, onde já se planta a fruta há mais tempo, a primeira safra só ocorre após três anos. Para nossa surpresa, aqui foi em dois anos.”

Jogaib fala em safra no diminutivo por que a primeira colheita representa apenas 10% do potencial de produção de uma lavoura de pêsego. Segundo ele, este ano os 18 mil pessegueiros plantados na região – são 400 pés por hectare – devem produzir entre 300 e 400 toneladas da fruta, que poderão ser comercializados *in natura*, direto ao consumidor final, ou para as indústrias que

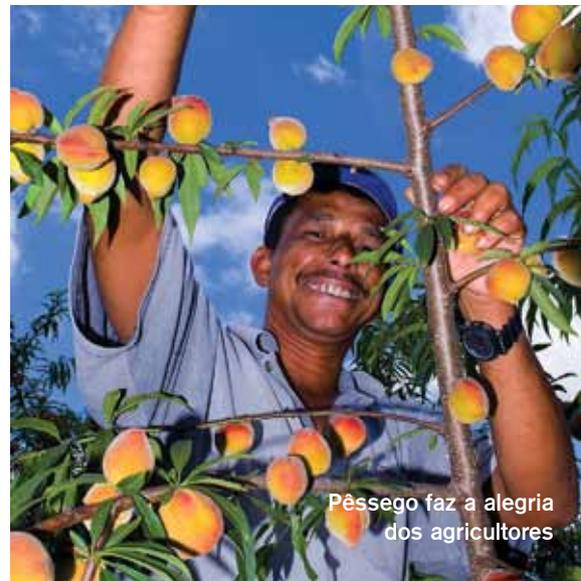
fabricam diversos tipos de doces, como compotas e geleias.

Completando a informação, o secretário explica que o auge da produtividade de um pessegueiro é no sexto ou no sétimo ano após seu plantio. Depois disso, de acordo com os técnicos da Universidade Federal de Viçosa, a produção estabiliza-se e a árvore permanece produtiva por mais uma década e meia.

Parcerias

Além do Ministério da Integração Nacional, da Firjan, da UFV e das prefeituras das cidades fluminenses onde o APL está sendo implantado, também participam do projeto o Sebrae e o Governo do Estado do Rio de Janeiro, que tem um programa que se encaixou como uma luva no empreendimento, explica o secretário: “O Frutificar financia o produtor com recursos para investimento e custeio ao custo de 2% ao ano”.

Quanto ao Sebrae, ele relata que a entidade ajudou a estruturar a parte de gestão e comercialização: “Já o Ministério da Integração Nacional investiu R\$ 1,5 milhão e a nossa prefeitura investiu R\$ 72 mil na compra das primeiras mudas.” Com relação à comercialização, ela ficará a cargo da Cooperativa Regional da Agricultura Familiar (Cooperafa).



Pêssego faz a alegria dos agricultores

Cidade do homem que marcou o gol

O município fluminense de Porciúncula é o mais setentrional do estado e possui uma população de quase 20 mil habitantes. Antes de ter esse nome, porém, a cidade era chamada de Santo Antônio do Carangola, em razão do rio com esse nome passar por dentro da cidade.

Apesar de seu pequeno porte, Porciúncula corre o risco de perder seu mais importante distrito, Santa Clara, de cerca de 7 mil habitantes. Isso por que boa parte dos moradores desse vilarejo defende uma emancipação sob o argumento de que a distância faz que a prefeitura de Porciúncula não dê a devida atenção a seus problemas.

O filho mais ilustre de Porciúncula foi Albino Friaça Cardoso, mais conhecido por Friaça. Nascido na cidade em outubro de 1924, o ponta direita fez o único gol da seleção brasileira na final da Copa de 1950, em que Brasil perdeu o título de campeão do mundo para o Uruguai, por 2 a 1, em pleno Estádio do Maracanã. Após encerrar sua carreira no futebol – ele foi ídolo no Vasco da Gama, onde participou do famoso “expresso da vitória” campeão sul-americano de 1948 – voltou para Porciúncula, onde faleceu em janeiro último.



Porciúncula diversifica
lavoura de café

Bom partido em Porciúncula

Geovani Simone foi um dos agricultores de Porciúncula que abraçou o projeto de diversificação da lavoura cafeeira e resolveu plantar pêssego para diminuir seus riscos e aumentar sua renda. Filho único de um plantador de café e neto de um italiano que desembarcou no Norte fluminense para fugir da guerra na Europa, Geovani conta que os 754 metros de altitude da sua propriedade rural foi um fator determinante para essa decisão.

“Depois que os técnicos explicaram quais seriam as condições necessárias para a cultura do pêssego, passei a acreditar na ideia”, destaca o produtor, que separou um hectare dos 53 que possui e plantou 600 mudas da fruta para se somarem aos 40 mil pés de café que têm espalhados em outros 12 hectares de fazenda. O cafeicultor tem esperanças que sua decisão renda bons frutos:

“– Quando não acontecem problemas com o clima, minha lavoura de café rende, pela média dos últimos três anos, entre 600 e 700 sacas [de 60 quilos] por ano. Quando o preço está bom, essa produção dá uma renda anual de pouco mais de R\$ 100 mil, mas tem ano que o preço despenca ou que o clima não ajuda e aí é mesmo um deus nos acuda. Já os pessegueiros, como foi só a segunda safra, consegui colher apenas 2.500 quilos que vendi a R\$ 2,40 o quilo. Rendeu menos que o café, mas estou muito otimista e acredito que o lucro do pêssego ainda vai ser maior que o do café.”

Vida boa

A fazenda de Geovani fica no distrito de Santa Clara, a poucos quilômetros de distância de Porciúncula. Com cerca de 7 mil habitantes, Santa Clara é daqueles vilarejos onde o tempo passa mais devagar e a maioria dos jovens vai embora para estudar ou para viver uma vida

mais intensa, seja em alguma das cidades maiores do Norte fluminense – como Itaperuna, Campos e Macaé – ou ainda na capital do estado, Rio de Janeiro. Geovani fugiu à regra: “Quando terminei o segundo grau, pensei em sair para fazer faculdade em Itaperuna ou no Rio, mas gosto muito de agricultura e preferi ficar”.



Geovani Simone

Quem vê a vida de Geovani nos dias de hoje compreende que ele fez uma boa escolha. Além de fazendeiro e presidente do Comitê de Frutas da Cooperafa, esse neto de italiano manteve o gosto do avô pela culinária e montou um pequeno restaurante ali em Santa Clara: “Para mim, o Panela de Barro [nome do restaurante] é uma distração, uma forma de eu fugir um pouco da rotina da lavoura”.

Com 32 anos, solteiro e morando apenas com a madrasta e uma afilhada que nem sequer entrou na puberdade, Geovani pode ser considerado o que os pais das moças da região chamam de “um bom partido”. “Só me faz um favor: não escreve isso, pois minha namorada vai me matar,” brinca o porciunculense.



Mudas de palmito de pupunha fazem parte do projeto

o Lucas Dantas tinha o levantamento topográfico exigido para que a comunidade pudesse acessar os recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)”.

Geladeira nova

Passada essa fase, os assentados das duas comunidades que aderiram ao projeto se filiaram à Cooperativa dos Produtores de Palmito do Baixo Sul da Bahia (Coopalm), juntando-se a outros 465 cooperados de 43 comunidades rurais que produzem 8,5 mil potes de palmito de 300 gramas/dia. Esses potes, segundo o agrônomo Adson dos Santos, responsável pela prestação de assistência técnica, são produzidos na Ambial, fábrica da Fundação Odebrecht que foi arrendada pela cooperativa.

Valdomiro dos Santos, de 54 anos, é um dos moradores do assentamento Margarida Alves. Casado pela terceira vez e pai de dois filhos, ele é natural de Camamu e relata que chegou ali há 12 anos: “Quando surgiu o assentamento me convidaram e eu vim. Ano passado, o Roberto [Lessa] nos levou para conhecer o assentamento Mata do Sossego e gostamos do que vimos. Ele perguntou se a gente topava fazer o mesmo aqui e dissemos que sim. Daí veio o pessoal do Ministério da Integração Nacional, que ouviu o que a gente queria e, a partir daí, abraçamos esse projeto”.

Outro assentado do Margarida Alves é José Balbino de Jesus, de 56 anos. Casado pela quarta vez e pai de oito filhos, esse baiano de Mutuípe trabalhava como meeiro antes de se incorporar à nova comunidade: “Esse projeto tem um tudo nesse mundo para dar certo. Se a gente se envolve no projeto é porque tem esperanças no amanhã. Eu acredito tanto nesse projeto que no meio do ano que vem tenho certeza de que vou comprar uma Chevy (pequena caminhonete fabricada pela GM do Brasil).” Enquanto espera realizar o sonho maior, ele diz que com o dinheiro que ganhou ali no Margarida Alves já deu para comprar uma geladeira e uma TV.

A caminho dos sonhos

APL apoiado pelo Ministério da Integração Nacional pode tirar da miséria duas comunidades de assentados da reforma agrária em Ituberá

O município baiano de Ituberá abriga dois assentamentos da reforma agrária: o Margarida Alves e o Lucas Dantas. O primeiro tem 50 famílias; o segundo, a metade disso. Em comum, além da posição geográfica e da origem no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), as duas comunidades têm a pobreza em que vivem hoje seus cerca de 300 moradores e o sonho de dias melhores graças ao apoio do Ministério da Integração Nacional e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) na execução de projeto de desenvolvimento do APL de palmito de pupunha.

O engenheiro agrônomo Roberto Lessa, que ajuda essas pessoas com o suporte da Fundação Odebrecht, acredita que esse é o caminho para as duas comunidades darem a volta por cima. Ele alerta ser preciso, porém, tempo e paciência: “O plantio de palmito de pupunha é um projeto de médio prazo. Para cortar as primeiras hastes são precisos aproximadamente 14 meses

e o auge da produção só acontece em dois anos e meio, mas os resultados podem ser compensadores.” Lessa dá o exemplo de outro assentamento localizado ali perto – o da Mata do Sossego – onde cada uma das cerca de 70 famílias já recebe mais de R\$ 800 por mês.

Mudas e embriões

Roberto Lessa conta mais: “O ministro Geddel [Vieira Lima] veio conhecer a região, foi informado sobre o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Baixo Sul da Bahia e disse que o Ministério [da Integração Nacional] apoiaria”. Esse apoio veio da Secretaria de Programas Regionais, com o suporte do Projeto Produzir, para a organização produtiva dessas duas comunidades, capacitadas para receber e operar dois germinadores destinados à produção de embriões e 59 viveiros para a produção de mudas.

O passo seguinte, explica Lessa, foi regularizar os assentamentos. “Só

A cachoeira que é uma pancada

Ituberá é um dos cinco municípios que compõem – com Igrapiúna, Ibirapitanga, Pirai do Norte e Nilo Peçanha – a Área de Proteção Ambiental (APA) do Pratigi. Localizada no litoral do Baixo Sul da Bahia e com 32 mil hectares de ecossistemas associados à Mata Atlântica – um dos principais motivos para a sua criação –, a APA do Pratigi tem 40 km de praias praticamente desertas e representa uma imensa planície à beira-mar, com ilhas, rios e estuários que formam um das mais bonitas paisagens do litoral baiano.



A famosa cachoeira

Com pouco mais de 26 mil habitantes, Ituberá tem origem em uma aldeia indígena e foi elevada à condição de vila em 1758, com o nome de Santarém. Em 1909, passou a ter *status* de cidade, recebendo os nomes de Serinhaém, em 1943, e de Ituberá, em 1944. De origem tupi, o nome Ituberá significa cachoeira reluzente e se deve à cachoeira da Pancada Grande uma queda d'água de 60 metros de altura localizada nos limites da APA do Pratigi e uma das principais atrações turísticas da região.

Dois personagens



Romildo Reis

Romildo Marques Reis nasceu há 53 anos em Petrolina (PE), mas foi criado na cidade baiana de Sático Dias. Há 16 anos, foi para Ituberá trabalhar na Fazenda Jubiabá, ocupada em 1997 pelo MST e que se transformou no assentamento Lucas Dantas. Romildo é um dos ex-funcionários que preferiu mudar de lado e virar assentado da reforma agrária.

“No começo foi bem difícil, mas hoje melhorou muito e eu vivo rindo, afinal eu antes trabalhava para um latifundiário e hoje eu trabalho para mim mesmo. Acredito que a pupunha veio para melhorar a vida da gente e os amigos com quem converso dizem que somos privilegiados.”

O pernambucano criado na Bahia já tem 8 mil pés de pupunha mais 2 mil pés de cacau consorciado com seringueiras: “E se eu der conta, quero triplicar essa quantidade. Se eu tivesse filhos seria melhor, mas...”

Aos 32 anos, Agnaldo Souza Santos é um dos mais lúcidos assentados. Casado com Jeane, também filha de assentados, Agnaldo parece, quando fala, mais um executivo do que um agricultor: “Espero que a pupunha venha a ocupar o espaço que antes era do cacau, cujos custos de investimento são muito altos”.

Ele continua: “Nosso sonho, no entanto, é que a pupunha, por permitir um retorno mais rápido do capital investido, gere os recursos necessários para retomarmos as culturas de cacau e seringueira, que oferecem uma rentabilidade muito maior.”

Mikson Corrêa, técnico da Coopalm que presta assistência aos assentados do Lucas Dantas diz que Agnaldo tem razão: “As lavouras de cacau e seringueiras são realmente mais rentáveis, mas quando os assentados chegaram aqui as plantações estavam em péssimo estado de conservação e vai ser preciso um investimento muito alto para recuperá-las”.



Agnaldo Santos

O ano da piaçava

A busca das comunidades quilombolas por autonomia é o objetivo do Ministério da Integração Nacional em parceria com a ONU

A Organização das Nações Unidas (ONU) proclamou 2009 o Ano Internacional das Fibras Naturais. Não por coincidência, no início do ano o Ministério da Integração Nacional, a FAO – Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação – e o Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Baixo Sul da Bahia (Ides) firmaram uma parceria para, juntos, promover o desenvolvimento e o fortalecimento de 11 comunidades quilombolas e de afro-descendentes reunidas na Cooperativa dos Produtores e Produtoras Rurais da Área de Proteção Ambiental do Pratigi (Cooprap), entre elas as de Boitaraca, Jatimane, Lagoa Santa e São Francisco.

Baseada no conceito dos Arranjos Produtivos Locais que tem norteado o trabalho da Secretaria de Programas Regionais do Ministério da Integração Nacional, essa ação busca estimular e maximizar a capacidade empreendedora dessas comunidades em sua busca por autonomia. “Nessa perspectiva, o projeto atua, também, como elemento unificador das diversas políticas públicas”, explica Liliana Leite, diretora executiva do Ides.

Nova coleção

O primeiro fruto dessa parceria foi uma oficina de gestão visando a aprimorar o artesanato de piaçava para agregar valor ao produto final. Ao todo, entre 13 de março e 30 de maio, foram nove cursos e oficinas que receberam R\$ 58,7 mil do Projeto Produzir e capacitaram 102 pessoas das comunidades já citadas e, ainda, dos assentamentos São João, Barra dos Carvalhos, Canavieiras, Galeão, Garapuá, Ingazeira e Itiúca.

Os primeiros cursos e oficinas privilegiaram a criação e o *design* de uma nova coleção de peças

artesanais que utilizam a piaçava como matéria-prima e os referenciais da cultura quilombola e das suas comunidades como inspiração. Liliana conta que parte do dinheiro foi aplicada na contratação da *designer* Maria Luedi. Segundo a diretora, os recursos do projeto foram usados, ainda, no diagnóstico das comunidades, na contratação de mobilizadores sociais e no transporte

Liliana acrescenta: “A partir dessas oficinas de gestão surgiram novos negócios de apoio às comunidades quilombolas, como a inclusão no roteiro turístico da Bahiatursa, de uma rota por essas comunidades, privilegiando o turismo étnico-cultural e produtivo, pois os turistas querem conhecer não só o artesanato, mas o modo de produção. Além disso, as oficinas incentivaram as lideranças quilombolas e afro-descendentes a participar mais efetivamente das políticas públicas, tanto regionais como nacionais”.

O superintendente da Cooprap, Reinaldo Souza, conta que a piaçava movimenta a economia dos



Quilombola amarra piaçava para enviar ao mercado

e na alimentação das pessoas que participaram de cursos e oficinas.

Entre as novas peças, destacam-se uma nova coleção de cestaria, uma linha de biojoias que utilizam o coquilho da piaçava e papéis reciclados para embalagens, feitos também a partir da piaçava. Lauana Lopes, que trabalha no Ides, conta que eles pretendem diversificar as fontes de matéria-prima, hoje baseada apenas na piaçava: “A ideia é introduzir no processo produtivo o coco de licuri, dendê e bahia. Além disso, as oficinas permitiram a utilização de outros materiais provenientes da piaçava, como por exemplo o bagaço para a fabricação de xaxins para plantas ornamentais, como orquídeas e samambaias”.

municípios de Ituberá, Cairu e Nilo Peçanha, que juntos produzem 60 mil toneladas por ano: “Mas a piaçava não está presente apenas no artesanato, pois existe uma indústria que utiliza suas fibras para a fabricação de vassouras e pentes para a cobertura de quiosques”.

Ex-presidente da Cooprap, Jamilton Santos Palma, enaltece o trabalho para aprimorar a qualidade das peças produzidas pelos artesãos filiados à cooperativa: “Além da qualificação do pessoal, creio que é importante destacar que esse projeto agregou valor aos nossos produtos, que hoje são comercializados até para grandes redes de lojas, como por exemplo, a Tok Stok”.



Oficina para aprender a fazer cesto com a piaçava

Vassouras, tetos, óleos e botões

Piaçava – ou piaçaba – é o nome comum de uma espécie de palmeira (*attalea*) típica do Sul da Bahia. Resistente, lisa, flexível e impermeável, sua planta é comumente empregada na fabricação de peças de artesanato, vassouras ou em coberturas de pequenas construções, como quiosques. A *attalea* também é muito utilizada em projetos de repovoamento florestal de áreas degradadas.

Da polpa de seu fruto extrai-se a farinha para fazer cuscuz, mingau e canjica. Já seu coco é usado para produzir combustível para motores a gasôgnio e, também, para a fabricação de botões, cabos de canivetes e rosários. Da amêndoa do fruto,

extrai-se leite e óleo, muito usados em culinária em substituição de outros derivados de origem vegetal e animal. O óleo, por sua vez, presta-se à indústria de sabão.

A piaçava é a principal fonte de renda das comunidades quilombolas situadas na região chamada de Baixo Sul da Bahia, que existe desde os tempos da colonização e é um dos mais belos cenários da paisagem baiana. Sua ocupação iniciou-se em meados do século XVI e entre as construções que restaram dessa época, podemos destacar o Convento de Cairu, erguido entre 1551 e 1642 e considerado um marco da arquitetura franciscana.

Recortada por ilhas, estuários e baías profundas, pequenas enseadas e braços de mar que avançam terra adentro, sua orla é coberta por densa vegetação e destaca-se, ainda, por belas cachoeiras, como a cachoeira da Pancada Grande de Ituberá.

Dona Maria: neta de "negro fugido"

Aos 68 anos, Maria Madalena Assunção de Oliveira é a mais querida moradora da comunidade quilombola de Jatimane, pelo menos na opinião dos funcionários do Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Baixo Sul da Bahia (Ides), onde ela aparece com frequência para participar de qualquer atividade envolvendo os afro-descendentes.

Neta de escravos, dona Maria está casada há 50 anos, tem 14 filhos, 41 netos e 18 bisnetos – o mais velho com 11 anos. Nascida no quilombo de Boitaraca, ela conta que aos 16 anos foi a Jatimane participar de um festa de São João e não voltou mais: “Naquela época, a gente já vivia da piaçava. A vida era difícil, não tinha estrada, só trilhas na mata. Dos meus 14 filhos, 12 nasceram aqui em casa, nas mãos de uma parteira da comunidade”.

Sobre o passado dos avós, ela diz que só lembra que o avô, Julio Ribeiro, era “um negro fugido”: “O resto eu não sei. Quando eu era

pequena, a gente se escondia atrás das portas para tentar ouvir o que os mais velhos contavam, mas eles

não deixavam a gente escutar as conversas deles. Depois eu soube que foi muito sofrimento”.



Dona Maria

Em prol da ecologia

APL apoiado pela Secretaria de Programas Regionais visa ao aproveitamento dos frutos do cerrado para gerar emprego e renda em Mambaí



Joana foi uma das alunas do curso de artesanato promovido pelo APL

Como toda cidade pequena distante dos grandes centros urbanos, Mambaí sofre de uma crônica falta de oferta de empregos e de oportunidades para geração de renda, sobretudo para os mais jovens e aqueles que não têm uma qualificação profissional. Para ajudar a resolver essa equação e estimular o uso racional dos frutos do cerrado, o Ministério da Integração Nacional criou recentemente um Arranjo Produtivo Local de agroextrativismo para a cidade.

Os projetos desse APL contemplam a criação de viveiros de mudas, o cultivo de frutos do cerrado e de quintal, o processamento e o beneficiamento desses frutos e a utilização de seus subprodutos – como cascas e caroços – para a confecção de peças de artesanato. “Além de gerar renda para nós, esses projetos vão nos ajudar a usar essas frutas que temos em abundância antes que alguém de fora venha explorar,” explica Vespaziano Rodrigues Fontes, que comanda uma associação criada para cuidar do processamento de

frutos do cerrado e que reúne dez mulheres do povoado Machado e cinco do assentamento Cintia Peter.

Para implementar essas ações, o Ministério da Integração Nacional disponibilizou R\$ 120 mil para a realização de cursos de capacitação e oficinas de gestão e associativismo para uma centena de pessoas das cidades de Mambaí, Damianópolis e Sítio da Abadia, dos povoados Baru, Machado, Picada, chácara do Funil e Vila Nova e do assentamento Cintia Peter, além de convênio firmado por meio da Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste com a Agência Goiana de Desenvolvimento Regional no valor de R\$ 360.000,00 para a ampliação da agroindústria de beneficiamento de frutos do cerrado em Damianópolis, aquisição de um veículo utilitário para coleta e comercialização, construção de um viveiro de mudas nativas e implantação de 32 unidades de produção agroecológica integrada e sustentável nas comunidades beneficiadas.

Vespaziano conta que já foram ministrados cursos de beneficiamento

– que inclui desde o reconhecimento de campo, a coleta e a seleção dos frutos que serão processados –, de produção de mudas, de aproveitamento dos frutos e de artesanato.

Joana Rosa de Oliveira foi uma das alunas do curso de artesanato ministrado por conta desse APL. Dona de casa, casada, seis filhos, ela é uma das artesãs da Associação Arte e Vida da Área de Proteção Ambiental Nascentes do Rio Vermelho: “A gente começou fazendo bordado, mas, depois da oficina que fizemos para aproveitar as frutas secas do cerrado, passamos a misturar tudo e fiz uns quadros que combinam crochê com favos e sementes que estão à venda no restaurante. Uma coisa que foi boa foi que graças ao que aprendi pude dar um curso em Buritinópolis e recebi R\$ 200 da prefeitura da cidade”.

Grupo jovem

Joana conta que o trabalho das artesãs chamou atenção da prefeitura de Mambaí, que deu para a associação da qual ela faz parte um lote para a construção de sua sede própria: “Vai ser muito bom ter um lugar para a gente trabalhar, expor e vender os nossos produtos.”

Outra entidade que está sendo beneficiada por esse APL é o Grupo Cerrado Produtivo. Sua coordenadora, a baiana Edilene Rodrigues dos Santos, é pedagoga formada pela Universidade Estadual de Goiás e conta que a opção pelo artesanato foi muito em função do grupo ser formado por uma maioria de jovens: “Mas também fizemos curso de aproveitamento do pequi, onde aprendemos a fazer doces, geleias, licor e farinha. Agora, estamos fazendo um curso de agroextrativismo e cidadania para aproveitar os frutos do cerrado”.

Edilene destaca, no entanto, que aproveitou mais o que aprendeu no curso de doces: “Existe mais demanda pelos doces que pelo artesanato, pois os doces nós podemos vender também para o pessoal daqui, enquanto o artesanato só quem vem de fora é que compra”.

Paraíso no Planalto Central

Apesar dos pouco mais de 7 mil habitantes, a cidade goiana de Mambaí tem uma história para lá de interessante. Tudo começou em 1896, quando um grupo de sertanejos de tendência monarquista que lutava contra as tropas da recém-criada República do Brasil fincou ali um cruzeiro para marcar a criação do povoado de Riachão, nome que perdurou até 28 de maio de 1958, quando a Câmara Municipal de Posse elevou o povoado à categoria de Distrito, já com o nome de Mambaí. A emancipação definitiva só ocorreu em 14 de novembro do mesmo ano.

Localizada no nordeste de Goiás – mais precisamente nos contrafortes da serra que corta o cerrado goiano –, a cidade deve sua origem à chegada de um grupo de pioneiros liderados por Eduardo Moreira dos Santos, Gustavo Olimpo, Ioiô Mendes e



Dani Monteiro, musa dos esportes radicais, comprou sítio em Mambaí

O curandeiro de Mambaí

Aos 56 anos, Geraldo Ferreira de Souza vive sozinho em uma casa simples de um projeto de assentamento – o PA Cintia Peter – instalado nos arredores de Mambaí. Casado – e separado – pelo menos duas vezes e pai de seis filhos – “dois deles eu nem sei por onde andam” –, ele conta que nasceu na cidade mineira de Mangas, onde desde os 10 anos trabalhou na roça “plantando cana, feijão, mandioca, milho e tudo o mais que fosse de comer e a terra desse.”

A curiosidade e o espírito aventureiro fizeram, porém, com que esse homem humilde logo saísse de casa: “Fui criado no meio do mundo, que me ensinou a me sair bem. Hoje tenho nove hectares de terra aqui no assentamento, onde planto tudo aquilo que plantava em Minas mais batata-doce, mamão, gergelim e umas outras plantinhas”.

Além da lavoura de subsistência em seu pedacinho de chão, Geraldo mantém, ainda, um viveiro na área comunitária do assentamento, onde cuida de mudas de baru, jatobá, cagaita, mangaba, mama-cadela, ipê roxo, aroeira, pequi, imburana, picão, caju do campo e uma penca de outros frutos e plantas típicos do cerrado.

“A maioria dessas plantas tem uso medicinal. O baru, por exemplo, é bom para reforçar o alto astral; é como um ‘viagra’ natural, levanta até defunto da cova. O jatobá a gente usa como anti-inflamatório e para cicatrização, sendo bom para quem tem úlcera ou gastrite. Já a cagaita serve para combater infecção urinária e o diabetes”.

Joaquim Maroto, que fixaram residência às margens do Riachão. Não por acaso, os primeiros moradores dedicaram-se à extração do látex da mangabeira. O crescimento do povoado foi impulsionado, contudo, pelo grande movimento de tropeiros que ali passavam, o que atraiu aventureiros dos dois estados e de outras partes do país.

É bom que se diga, contudo, que Geraldo não estudou Medicina e nem nunca fez um curso de plantas medicinais: “Tudo isso foi herança dos meus avós e de um senhor que conheci há mais de 30 anos na beira do Rio São Francisco e que transmitiu para mim as coisas que aprendeu com os índios. Mas também aprendi muita coisa com a natureza. Veja bem, isso é coisa muito fina.”



Geraldo Souza

Sem um relógio para controlar seu tempo, nosso mineiro radicado em Mambaí é capaz de passar o dia inteiro falando dessas plantas e de seus usos terapêuticos: “A raiz da mama-cadela, ou boreré, a gente usa para combater o reumatismo e qualquer tipo de câncer, pois ele é um depurativo do sangue. O chá da imburana, ou entressaco, combate a pneumonia e qualquer tipo de cólica, mas também é bom para a gripe...”

Entre suas atrações naturais destacam-se as cachoeiras, os cânions, as cavernas originárias da formação calcária da região e a Gruta Tarimba, catalogada como a 16ª maior cavidade do Brasil, tendo entre 8 a 11 km explorados. Nessa gruta, encontra-se espeleotemas de todas as formas e tamanhos, inclusive a flor de gipsita, espécie rara que mais parece uma agulha de cristal.

Mozarela paranaense

Graças ao apoio da Secretaria de Programas Regionais, cooperativa de leite dá a volta por cima e coloca sua mozzarella nas mesas do Paraná

Bom Jesus do Sul possui muitas riquezas, mas foi a bovinocultura – pela sua capacidade de gerar emprego e renda – que chamou a atenção do Ministério da Integração Nacional. Em 2006, foram investidos no setor R\$ 200 mil e a principal beneficiada foi a Cooperativa Agroindustrial dos Agricultores Familiares de Bom Jesus do Sul, que reunia cerca de 300 pequenos produtores de leite e apresentava dificuldades para fazer seu principal produto, a mozzarella colonial, chegar ao comércio.

Novas contratações

O presidente da Cooperfarbom, Sebastião Pereira dos Santos, recorda que eram cerca de 300 associados e a maior dificuldade eram os atravessadores: “Graças aos recursos que o Ministério [da Integração Nacional] investiu, conseguimos eliminar os intermediários. Daí foi um pulo para contratarmos mais funcionários, pois as vendas cresceram e tivemos que aumentar o volume de leite beneficiado.”

Para se ter uma ideia desse crescimento, o associado Helio Surdi revela que, em setembro, os membros da cooperativa entregaram 350 mil litros de leite na unidade de

processamento: “E foram todos transformados em queijo”.

Mais produção

Bom Jesus do Sul tem apenas 13 anos de existência. “A Farbom foi montada pela nova prefeitura e entregue para uma associação fomentar, mas durante cinco anos assistimos um festival de hesitação. Só em 2006, surgiu a Cooperfarbom e sentimos que seria preciso investir. A nova liderança traçou como objetivo aumentar a produção dos associados para ampliar o volume de leite beneficiado e aprimorar a qualidade do produto,” relata Sebastião.

Ele continua: “A volta por cima só aconteceu em 2007, quando o Célio [Wessler Boneti, diretor da Agência de Desenvolvimento Regional do Sudoeste do Paraná] apareceu com uma equipe do Ministério [da Integração Nacional]. Eles nos mostraram o funcionamento do programa Produzir e a prefeitura de Bom Jesus do Sul elaborou um projeto. Foi aí que surgiu a mozzarella colonial”.

O primeiro fruto desse projeto foi a compra de novos equipamentos, entregues e instalados em meados do ano passado pelo Programa

de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Com o novo maquinário, explica o presidente, a capacidade de beneficiamento subiu para 50 mil litros/dia: “Por enquanto, estocamos 40 mil litros de leite e estamos beneficiando 15 mil litros/dia, pois não temos espaço físico, mas estamos com um novo projeto no Ministério [da Integração Nacional] para resolver essa questão”.

Mesmo com essas limitações, foi possível ampliar o número de postos de trabalho: “Antes das novas máquinas tínhamos cinco funcionários, hoje são 14 empregos diretos e mais 415 indiretos”. O maior orgulho de Sebastião, no entanto, são os visitantes: “Recebemos gente de toda parte que vem aqui conhecer um empreendimento que está dando certo”.

Com desconto

Atualmente, a Cooperfarbom produz cerca de 1.700 kg de queijo por dia, sendo a maior parte da mozzarella colonial. Para ampliar essa produção, a cooperativa tem incentivado seus associados a aumentar a produção. Para tanto, no inverno foram distribuídas 45 toneladas de sementes de pastagem (aveia e azevém) com 50% de desconto e os outros 50% parcelados em três vezes e a serem descontados dos pagamentos futuros que cada um tiver a receber. Também foram distribuídas 1,2 mil toneladas de adubo orgânico no mesmo esquema, só que dessa vez foi a prefeitura que arcou com metade do custo.



Cooperfarbom produz cerca de duas toneladas de queijo por dia

O homem do queijo

Sebastião Pereira dos Santos é bovinocultor e preside uma cooperativa especializada na produção de queijos, mas no primeiro contato chama atenção seu jeito discreto de ser, pois fala pouco e sua voz chega a ser quase inaudível.

Apesar dessa descrição, sua atuação firme à frente da Cooperfarbom pode ser considerada como um dos ingredientes do sucesso desse empreendimento, segundo diagnóstico de Célio Wessler Boneti, diretor da Agência de Desenvolvimento Regional do Sudoeste do Paraná e um dos artífices dessa nova fase da cooperativa queijeira.

Falando pouco de si, o presidente da cooperativa que fabrica a mozzarella colonial conta que está na bovinocultura há “apenas” dez anos: “Antes plantei milho e feijão e, durante quatro anos, criei bichoda-seda. Era um bom negócio, mas tive que fazer uma cirurgia e não tinha ninguém para me substituir. Foi nessa época que decidi tentar os bois; não me arrependo”.

Em sua propriedade, Sebastião tem 40 cabeças de gado, “mas só tenho 17 vacas e, delas, só 12 produzem leite”. Ele não se queixa da produtividade: “Cada uma das minhas



vacas produz, em média, 10 litros de leite por dia; juntas elas produzem cerca de quatro mil litros por mês, que eu entrego para a cooperativa por R\$ 0,56 o litro.”

Sebastião preside a Cooperfarbom desde que ela foi criada, há quase quatro anos. Ele explica que foi eleito para um primeiro mandato de dois anos em fevereiro de 2006 e reeleito para um segundo mandato em 2008. Na hora de falar do

futuro, volta o jeito discreto: “Em fevereiro do ano que vem tem nova eleição, mas quem decide se eu continuo à frente da cooperativa são os associados”.

Vinho, a melhor companhia

Os franceses tem um refrão repetido sem parar quando o assunto é seus hábitos alimentares: “*Du vin, du pain et du boursin*”. A tradução não literal – “vinho, pão e queijo” (*boursin* é uma variedade de queijo muito popular na França e seu nome é usado para facilitar a rima) – mostra o quanto eles veneram esses três itens na hora de comer.

Pães à parte, paranaenses e catarinenses – de Bom Jesus do Sul, Barracão e Dionísio Cerqueira – parecem ter essa mesma percepção gustativa. Só havia um problema: enquanto o queijo é produzido ali mesmo na região, pela Cooperfarbom, o vinho tinha de ser “importado” de outras praças.

Como as três cidades estão repletas de gaúchos e seus descendentes, o mais lógico foi aproveitar seu *know how* no assunto e abrir uma vinícola. Foi assim que surgiu a Associação dos Vitivinicultores da Trifronteira, a Avitri.

O prefeito de Barracão, Joarez Lima Henrichs, conta que, no início, a dificuldade foi o individualismo e o bairrismo dos dirigentes e empresários que evitavam qualquer ação em conjunto. Há dois anos, porém, os prefeitos de Bom Jesus do Sul, Paulo Deola, e os ex-prefeitos de Barracão, Antenor Dal Vesco, e de Dionísio Cerqueira, Salete Gnoatto Gonçalves, articularam um projeto para juntar os três municípios em um APL que resultou na Cooperfarbom e na Avitri.

Por sua vez, Paulo Deola destaca a participação do prefeito da cidade argentina de Bernardo Irigoyen, Jorge Gandullia: “Ele entrou como

parceiro e a prova disso são os acordos que fizemos para criar no porto seco uma alfândega única.

O presidente da Associação dos Vitivinicultores, Anselmo Luiz Bertuzzi, lembra que o projeto foi trabalhado para ser um APL permanente: “Começamos com 22 associados, mas esse número cresceu, pois entraram mais oito cooperados, inclusive dos outros municípios. Vale destacar que se a vinícola e a nossa loja ficam em Barracão, a fábrica de suco de uva que montamos está localizada em Bom Jesus do Sul, mostrando a interação de nossos esforços”.

Já o atual prefeito de Dionísio Cerqueira, Altair Rittes, acrescenta que foi nesse mesmo contexto que nasceu o APL de avicultura de corte em seu município, mas essa é uma outra história que fica para uma outra edição da revista.



Entendimento europeu

União Europeia custeia viagem de beneficiados dos programas do Ministério da Integração Nacional para promover cooperação bilateral

O Ministério da Integração Nacional realizou, no período de 28 de setembro a 8 de outubro, o Programa de Intercâmbio Brasil/ União Europeia que ofereceu aos atores envolvidos na implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) a oportunidade de vivenciar, *in-loco*, experiências similares consolidadas ou em andamento na União Europeia.

Essa ação, custeada pela União Europeia, foi decorrente do Memorando de Entendimento com a Direção Geral de Política Regional da Comissão Europeia (DGREGIO)

assinado pelo ministro Geddel Vieira Lima, em 2007, com o objetivo de promover, entre outros aspectos, o acordo mútuo, a cooperação bilateral na área de política regional e estabelecer canais de comunicação para o fortalecimento do intercâmbio de informações.

Os grupos foram formados por representantes das mesorregiões selecionadas e coordenados pelos responsáveis técnicos do Ministério da Integração Nacional, de forma a garantir um bom aproveitamento das atividades e visitas realizadas. Cada grupo era associado a um setor produtivo – vitivinicultura, apicultura,

gemas e joias, artesanato mineral e parques naturais – e visitou países, regiões e processos produtivos da União Europeia identificados com a atividade produtiva que, nas mesorregiões selecionadas, se privilegiou para fins desse intercâmbio.

O intercâmbio encerrou com a participação coletiva no Seminário Open Days 2009, promovido pela DGREGIO, em Bruxelas, no período de 5 a 8 de outubro.

O sucesso da iniciativa fortaleceu a troca de experiências e conhecimentos entre o Brasil e a União Europeia. Os europeus, anfitriões de nossa delegação, estão planejando a vinda ao Brasil para a realização de um programa de intercâmbio semelhante. E já confirmaram a participação na II Mostra Nacional de Desenvolvimento Regional que acontecerá em março de 2010, em Florianópolis (SC).

O desenvolvimento fronteiriço apoiado no diálogo federativo

Alexandre Padilha

Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República.

As fronteiras foram comumente caracterizadas ao longo da história como limites ou demarcações do alcance da soberania nacional. Tensas relações e disputas territoriais são alimentadas até os dias de hoje em várias partes do mundo por causa da ausência de consenso quanto à titularidade do direito sobre determinados territórios. Entretanto, essa área geográfica que usualmente atrai os olhares da defesa nacional, em situações de estabilidade e consenso entre países vizinhos, também se torna espaço privilegiado para a integração e a cooperação entre os povos.

No caso brasileiro, há quase um século, podemos dizer que nossas fronteiras estão pacificadas e as relações com os vizinhos transcorrem, em sua maior parte, pautadas pela complementaridade comercial e pelo aumento progressivo das inter-relações culturais.

Nesse contexto, cabe realizarmos uma reflexão acerca do olhar do poder público sobre as regiões fronteiriças, bem como a mudança de seu papel, que passa a ser gradativamente mais voltado à indução do desenvolvimento que à exclusiva atuação na defesa territorial. Ademais, poderíamos nos

questionar: o que seria mais zeloso, do ponto de vista da defesa, que o aprofundamento da integração e da identificação cultural mútua entre os habitantes dessas regiões?

A faixa de fronteira do Brasil com países vizinhos compreende o território que se estende por 150 km de largura a partir da linha divisória terrestre nacional (Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979). Esse território abrange 588 municípios de 11 estados (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima e Santa Catarina) e corresponde a 27% do território nacional, reunindo uma população estimada em 10 milhões de habitantes. Ao longo desse importante espaço territorial, o Brasil faz fronteira com dez países e depara-se com o desafio proposto pelo presidente Lula de intensificar a integração da América do Sul de forma compatível com sua importância estratégica.

Nesse sentido, o desafio da defesa das fronteiras anda lado a lado com o da integração sul-americana e, por consequência, o do desenvolvimento regional. Deve-se ter em

mente que não é possível o desenvolvimento apenas “da fronteira para dentro” e, sob outro prisma, não é factível crer na integração sem o desenvolvimento econômico e social.

Assim, o entendimento dos problemas fronteiriços, o seu enfrentamento e a elaboração de propostas para o desenvolvimento integrado constituem o grande desafio conjunto que congrega o foco da ação governamental em quatro planos: local, regional, nacional e internacional. Uma mesma questão atrai e exige a atenção de três níveis da Federação que compõem o estado brasileiro (União, Estados e Municípios), cujas ações produzirão impactos diretos na vida dos cidadãos que habitam os dois lados da fronteira.

A percepção, no âmbito do Comitê de Articulação Federativa (CAF), de que a atuação dos governos federal, por meio dos diversos ministérios e órgãos setoriais, estaduais e municipais, encontrava-se em grande medida fragmentada e dispersa ensejou recentemente uma mudança substancial no tratamento das questões fronteiriças. Veio à tona a convicção de que as



políticas públicas direcionadas à faixa de fronteira carecem de maior coordenação, além de discussão e formulação conjuntas, tendo em vista a promoção de ações pactuadas entre União, Estados e Municípios.

Dessa forma, o CAF propôs a instalação de um Grupo de Trabalho Interfederativo (GTI) que reunisse representantes do governo federal (Secretaria de Relações Institucionais e Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, Ministério da Integração Nacional e Ministério das Relações Exteriores), de entidades representativas dos estados fronteiriços (Conselho de Desenvolvimento e Integração do Sul – Codesul e Fórum de Governadores da Amazônia Legal) e de associações municipais (Associação Brasileira de Municípios, Confederação Nacional de Municípios, Frente Nacional de Prefeitos e Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu) com o objetivo de elaborar propostas que visem ao desenvolvimento e à articulação de ações de integração fronteiriça com os países vizinhos, em particular no âmbito do Mercosul, bem como à coordenação federativa dessas ações.

O novo grupo de trabalho foi instalado no dia 1º de julho de 2009, sob a coordenação do Ministério da Integração Nacional que já desenvolve o Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira e conta com experiência acumulada acerca do tema. Espera-se como produto dos trabalhos desse GTI um relatório,

que será entregue ao presidente da República, em um prazo de 180 dias, contendo propostas para o aperfeiçoamento da gestão das políticas de integração fronteiriça.

A grande inovação contida na proposta de trabalho do grupo está

“Cabe uma reflexão acerca do olhar do poder público sobre as regiões fronteiriças, bem como a mudança de seu papel, que passa a ser gradativamente mais voltado à indução do desenvolvimento que à exclusiva atuação na defesa territorial”

na ampliação do diálogo federativo e na busca da complementaridade das ações desenvolvidas pelos diversos órgãos e unidades federadas que atuam sobre a questão fronteiriça. O trabalho conjunto dos membros do GTI possibilitará reunir e sintetizar os diagnósticos já produzidos separadamente por cada entidade, além de sistematizar as políticas públicas desenvolvidas separadamente por cada um dos entes da Federação na região de fronteira. Dessa forma, será possível traçar diretrizes mais realistas e assertivas para as ações empreendidas por cada um dos atores envolvidos com a questão fronteiriça em sua esfera de atuação.

O Grupo de Trabalho Interfederativo de Integração Fronteiriça surgiu, portanto, com a missão de compartilhar as visões dos órgãos que atuam sobre o tema e promover políticas públicas

apoiadas no diálogo federativo e em ações pactuadas, tendo em vista ainda a oportunidade de elevar a importância da questão fronteiriça na agenda federal.

Cabe ressaltar que o relatório final do GTI possibilitará inserir essa questão na formulação do próximo Plano Plurianual (PPA), apresentar propostas para construção da segunda etapa do PAC, além de estimular a captação de recursos do Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul (Focem) e buscar sinergia e interação com outros programas federais como os Territórios da Cidadania. Ademais, o grupo poderá contribuir com a necessária proposição de uma nova instância do governo federal incumbida da gestão articulada da política de integração fronteiriça, um espaço de diálogo e pactuação que pode vir a ser uma espécie de conselho.

As linhas de atuação governamental pautadas no desenvolvimento socioeconômico e na integração regional encontram-se claramente na questão fronteiriça e exigem do estado, como preconizado na Constituição Federal, uma ação que vise à redução das desigualdades regionais. É esse, portanto, o resultado pretendido pela atuação conjunta dos entes federados, articulados por meio do GTI, ao trazer a fronteira para o centro das discussões da União e dos estados, além dos próprios municípios, onde de fato vivem os cidadãos fronteiriços”.



Seminário Integrasul

O III Seminário Integrasul: Políticas de Desenvolvimento da Região Sul foi realizado, nos dias 26 e 27 de novembro de 2009, no município de Chapecó (SC), onde representantes de órgãos governamentais, empresários, pesquisadores, integrantes de entidades civis e instituições públicas e privadas de pesquisa e fomento reuniram-se para debater propostas para o desenvolvimento integrado da região sul do país. O evento contou com 560 participantes inscritos, que acompanharam atentamente todas as atividades. O III Integrasul foi uma iniciativa da Secretaria de Programas Regionais, em parceria com o Fórum da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, e representou mais um passo importante rumo à integração das Mesorregiões do Sul do País e à ampliação da cooperação entre o poder público e a sociedade civil na formulação e na execução das políticas públicas para o desenvolvimento regional.

Novo endereço

Em março de 2009, a Secretaria de Programas Regionais teve suas instalações ampliadas, passando a funcionar no seguinte endereço: Setor Bancário Norte (SBN), Quadra 2, Lote 11, Edifício Apex-Brasil – Portaria B – 2º Subsolo. Brasília/DF. CEP: 70040-020. Os telefones, o fax e os endereços eletrônicos continuam os mesmos.

Integração Fronteiriça

O ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima, instalou, no dia 1 de julho de 2009, o Grupo de Trabalho Interfederativo sobre Integração Fronteiriça, em reunião no palácio do Buriti, em Brasília (DF). O GTI Integração Fronteiriça foi instituído no âmbito do Comitê de Articulação Federativa (CAF) da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República (SRI/PR) para elaborar propostas de ações para o desenvolvimento fronteiriço e viabilizar a articulação com os países vizinhos, bem como fazer a coordenação federativa dessas ações. Os membros do GTI são representantes dos governos federal, estaduais e municipais, que estão empenhados na elaboração de um Plano de Trabalho de Integração Fronteiriça para o aperfeiçoamento da gestão das políticas sobre essa temática, que será submetido ao Presidente da República.

Encontro Nacional

O II Encontro Nacional das Mesorregiões aconteceu no dia 27 de novembro no Centro de Convenções do Hotel Blue Tree Park, em Brasília. Com o objetivo de ampliar o conhecimento e promover o intercâmbio e a cooperação entre as mesorregiões e os parceiros públicos e privados, essa ação de âmbito nacional reforçou a importância do modelo de gestão adotado pela SPR, baseado na competitividade regional e na inclusão social.

Selo Quilombola

No dia 20 de novembro, foi realizada, em Salvador (BA), cerimônia de lançamento e concessão do Selo Quilombola para experiências que se destacaram pelo resgate cultural e inclusão social das comunidades quilombolas. Entre os selecionados pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) estava a Cooperativa das Produtoras e Produtores Rurais da APA do Pratigi (Cooprap), apoiada pela “Oficina de Gestão de Artesanato de Piaçava”, desenvolvida nos municípios de Ituberá, Nilo Peçanha e Cairu, com apoio do Projeto Produzir da Secretaria de Programas Regionais, que capacitou 102 artesãos de 11 comunidades quilombolas e afro-descendentes. As atividades contaram com a parceria do Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Baixo Sul da Bahia/Fundação Odebrecht.

Projeto estratégico

O seminário de encerramento do projeto Prosperidade Sul Catarinense ocorreu no dia 10 de dezembro de 2009, em Tubarão (SC), quando foram apresentados os projetos estratégicos para o desenvolvimento da região. Foram realizados cinco seminários durante o ano de 2009 nos municípios de Braço do Norte, Araranguá, Laguna, Criciúma e Tubarão, resultando na proposta de elaboração de projetos estratégicos para impulsionar o desenvolvimento da região sul de Santa Catarina. O Ministério da Integração Nacional foi representado pela secretária de Programas Regionais, Márcia Damo, que ministrou a palestra “Integração regional: uma necessidade para o desenvolvimento”. O projeto Prosperidade Sul Catarinense é uma iniciativa conjunta da Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc), Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul) e da Rede Brasil Sul de Comunicações (RBS), filiada à Rede Globo, e conta com o apoio do Ministério da Integração Nacional e do Governo do Estado de Santa Catarina.